



2026

ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

GRUPO TEMÁTICO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Elaboração:

- Anne Emília Costa Carvalho (TCE/RN)
- Vânia Mara de Souza e Silva (TCE/GO)



1 Introdução

O Grupo Temático em Avaliação de Políticas Públicas (GTAPP) foi criado no âmbito do Plano Anual de Trabalho – PAT 2025 da Rede Integrar, como uma forma de cooperação para compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias.

Um dos principais objetivos do grupo para 2025 foi o desenvolvimento de diagnóstico acerca da atuação dos tribunais de contas (TCs) na área de avaliação de políticas públicas. Com isso, o presente relatório tem por objetivo apresentar os resultados das análises desenvolvidas pelo GTAPP, a partir de coleta de dados por meio de questionário eletrônico, via *Lime Survey*, contando com respostas de todos os Tribunais de Contas do Brasil, entre outubro e novembro de 2025. O questionário eletrônico foi composto por 24 perguntas, distribuídas em 5 blocos: A – Identificação; B – Estrutura organizacional; C – Atuação em políticas públicas; D – Capacitação e desenvolvimento institucional; e E – Considerações finais.

Além desta introdução, este relatório conta com mais 4 seções. Em “Estruturação dos TCs para atuação na área de políticas públicas” buscou-se caracterizar a área responsável pela realização de fiscalizações em políticas públicas no âmbito dos TCs, além de identificar estratégias de priorização da área em instrumentos de planejamento institucional e a existência de normatização própria. Em seguida, na seção “Caracterização da atuação dos TCs em políticas públicas”, foram consolidados dados sobre os diferentes formatos adotados pelos TCs nas ações de controle em políticas públicas, as dimensões analisadas, os aspectos do processo de avaliação da NBASP 9020 abordados, as áreas temáticas avaliadas, os referenciais normativos e metodológicos utilizados, os desafios identificados e as lições aprendidas ao longo da experiência em avaliação de políticas públicas de cada TC.

Quanto à seção de “Capacitação e desenvolvimento institucional”, foram levantadas as ações de capacitação na área de avaliação de políticas públicas já conduzidas pelos TCs, com destaque para aquelas que já podem ser compartilhadas em formato online, além da proposta de temas para composição de um plano de capacitação, a existência de parcerias com instituições de referência na área e a indicação de medidas prioritárias para fortalecimento da atuação dos TCs em políticas públicas. Por fim, a seção “Propostas de encaminhamento” apresenta uma sugestão de possíveis desdobramentos por meio do encaminhamento do presente relatório a partes interessadas no âmbito do controle externo.

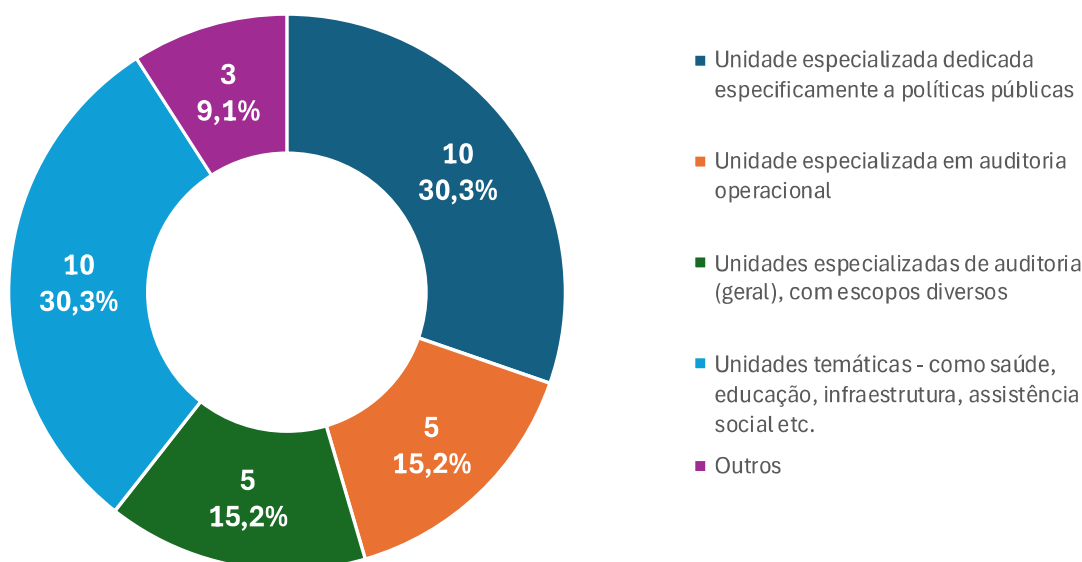


2 Estruturação dos TCs para atuação na área de políticas públicas

Por meio do questionário eletrônico, o GT em Avaliação de Políticas Públicas solicitou aos Tribunais de Contas do Brasil informações sobre a estrutura organizacional de cada TC para atuação em avaliação de políticas públicas. Nesse sentido, foram apresentadas informações sobre a área responsável pela realização de fiscalizações em políticas públicas, priorização da área em instrumentos de planejamento institucional e existência de normatização para atuação nesse campo.

No que se refere às áreas responsáveis pela realização de fiscalizações em políticas públicas, conforme descrito no Gráfico 1, 30,3% dos Tribunais possuem uma unidade especializada dedicada especificamente a políticas públicas (TC-DF, TCE-AC, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MG, TCE-PI, TCE-RN, TCE-RO, TCE-RR e TCM-GO). Em igual medida, outros 30,3% dos Tribunais adotam unidades temáticas (como saúde, educação, infraestrutura, assistência social etc.) para fiscalizações relacionadas a políticas públicas (TCE-AP, TCE-CE, TCE-PA, TCE-PE, TCE-RJ, TCE-RS, TCM-PA, TCMRio, TCM-SP e TCU).

Gráfico 1 - Área responsável pela realização de fiscalizações relacionadas a políticas públicas



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

Ainda foram identificados 15,2% dos Tribunais com unidade especializada em auditoria operacional para atuação fiscalizatória em políticas públicas (TCE-AM, TCE-MA, TCE-MS, TCE-PB e TCE-SC) e mais 15,2% com unidades especializadas de auditoria (geral) que absorvem essa competência (TCE-AL, TCE-PR, TCE-SE, TCE-SP e TCM-BA). Os demais TCs (9,1%) registraram outros



modelos de atuação. No caso TCE-BA foi informado que “as Coordenadorias de Controle Externo, no bojo das prestações de contas, estão aprimorando as fiscalizações com foco em políticas públicas, somando-se à unidade especializada em auditoria operacional”. Já o TCE-MT informou a adoção de secretarias de controle externo generalistas com essa responsabilidade e o TCE-TO registrou que não possui “unidade especializada em fiscalizações relacionadas a políticas públicas”.

Tendo em vista o objetivo deste relatório, no Quadro 1 foram detalhadas algumas informações adicionais compartilhadas pelos TCs que indicaram a existência de unidade especializada em políticas públicas. Cumpre destacar que esse modelo especializado para políticas públicas é bastante recente nos Tribunais de Contas, com uma média de apenas 3,5 anos de existência das referidas unidades, contando com 3 das 10 instituídas apenas em 2025.

Também é possível perceber na descrição das unidades especializadas que é comum que atuem com diversos instrumentos de fiscalização, como a auditoria operacional, e que se dividam em unidades especializadas por área temática de política pública.

Quadro 1 – Descrição das unidades especializadas em políticas públicas

TC Nome da Unidade Início	Equipe	Atuação	Observações
TC-DF Divisão de Avaliação de Políticas Públicas (DIAPP) 2025	1 diretor e 6 auditores, reunindo profissionais com diferentes competências e experiências voltadas à avaliação de políticas públicas e auditorias operacionais.	Além da realização de auditorias operacionais, a DIAPP também desenvolve levantamentos e estudos técnicos voltados à análise de temas estruturais, sistêmicos e complexos, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a produção de conhecimento estratégico no âmbito do controle externo.	Unidade vinculada à Secretaria de Macroavaliação da Gestão (SEMAG)
TCE-AC 3ª Inspeção Geral de Controle Externo 2022	Cada uma das Coordenadorias é composta de 3 a 4 pessoas, sendo 1 Auditor-Chefe, 1 Auditor Adjunto, e 1 a 2 auditores na equipe.	As principais atividades desenvolvidas incluem levantamento, auditoria operacional, acompanhamento, monitoramento e fiscalização ordenada. A dinâmica de trabalho segue o estabelecido no Plano Anual de Controle Externo (PACE).	Em 2025, foram criadas duas Coordenadorias Especializadas de Controle Externo, com atuação específica nas áreas de educação e meio ambiente, permanecendo sob responsabilidade da coordenação já existente as políticas públicas não relacionadas a esses campos.
TCE-ES Secretaria de Controle Externo de Políticas Públicas e Sociais 2020	-	A Secretaria é composta por 3 unidades: Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação; Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Saúde; e Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Sociais Ampliadas.	Inicialmente a equipe se especializou e aprofundou conhecimentos e práticas em Auditoria Operacional, após essa consolidação, a secretaria, desde 2022,



TC Nome da Unidade <i>Início</i>	Equipe	Atuação	Observações
		<p>As atribuições dos núcleos incluem:</p> <p>a) fiscalizar as políticas públicas no âmbito do estado e dos municípios jurisdicionados, inclusive com o objetivo de subsidiar a apreciação das contas de governo e o julgamento das contas de gestão;</p> <p>b) produzir informações para subsidiar a elaboração de painéis, boletins e outros instrumentos informativos direcionados para avaliação de políticas públicas;</p> <p>c) realizar estudos técnicos e avaliações com vistas a subsidiar o planejamento de ações de controle externo;</p> <p>d) criar, avaliar, acompanhar e mensurar indicadores de desempenho das políticas públicas decorrentes dos programas de governo.</p>	<p>vem desenvolvendo trabalhos voltados a estruturação de competências para a realização de avaliações de políticas públicas.</p> <p>Em 2023 firmou convênio com a FGV EESP CLEAR para o fortalecimento das capacidades avaliativas internas e externas.</p>
<p>TCE-GO Serviço de Avaliação de Políticas Públicas 2023</p>	<p>7 auditores de controle externo.</p>	<p>São competências do Serviço de Avaliação de Políticas Públicas: conduzir ações de controle externo de avaliação de políticas públicas, com vistas à análise de formulação, eficiência, eficácia, efetividade e governança das políticas; mapear as políticas públicas estaduais quanto a aspectos de risco, materialidade, relevância e alinhamento orçamentário, de modo a influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo; e gerir as informações necessárias para viabilizar o planejamento e execução de avaliações de políticas públicas, inclusive com o objetivo de subsidiar a apreciação das contas de governo e o julgamento das contas de gestão.</p>	<p>A unidade atua em duas frentes:</p> <p>desenvolvimento do Observatório de Políticas Públicas e realização de Avaliações de Políticas Públicas.</p>
<p>TCE-MG Coordenadoria de Auditoria Operacional e Avaliação de Políticas Públicas 2025</p>	<p>19 servidores efetivos e 1 estagiário.</p>	<p>17 servidores especializados em AOP atuam diretamente com auditorias operacionais e seus monitoramentos. Foi composta uma equipe de 3 servidores para iniciar a primeira atividade de avaliação de política pública ainda neste ano de 2025. Esses servidores receberão capacitação complementar para iniciar o trabalho.</p>	<p>A Coordenadoria de Auditoria Operacional do TCEMG, existente desde 2010, já tinha realizado mais de 70 auditorias operacionais ao longo desse período, antes do ajuste para contemplar avaliação de políticas públicas, em 2025.</p>
<p>TCE-PI Diretoria de Fiscalização de Políticas Públicas (DFPP) 2019</p>	<p>-</p>	<p>A Diretoria de Fiscalização de Políticas Públicas é composta por: I - Divisão de Fiscalização da Educação; II - Divisão de Fiscalização da Saúde; III - Divisão de Fiscalização da Segurança Pública; e IV - Divisão de Fiscalização da Assistência Social e Outras Políticas Públicas.</p> <p>Competências:</p> <p>I - a coordenação, o gerenciamento e a supervisão das atividades de controle relacionadas às fiscalizações de políticas públicas temáticas desenvolvidas por cada uma de suas divisões; II - auxiliar na elaboração do Plano Anual de Controle</p>	<p>Reformulada em 2023.</p>



TC Nome da Unidade <i>Início</i>	Equipe	Atuação	Observações
		<p>Externo, em coordenação com o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo da Secretaria de Controle Externo, no que diz respeito às fiscalizações de políticas públicas; III - definir, implementar e gerir, em coordenação com a Secretaria de Controle Externo, indicadores de eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações de políticas públicas; IV - monitorar e divulgar periodicamente os indicadores das atividades das fiscalizações de políticas públicas.</p>	
<p>TCE-RN Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas (DPP) 2025</p>	<p>A equipe da DPP é constituída por 7 auditores de controle externo, contando com a diretora, os coordenadores e mais dois auditores em cada coordenadoria. Além disso, a Diretoria conta com uma assessoria técnica, preenchida por cargo em comissão, atualmente ocupada por uma doutora em Administração que atua, principalmente, na área de síntese de evidências, contando ainda com o apoio de uma estagiária de graduação em políticas públicas.</p>	<p>Compete à DPP desenvolver ações de controle externo relacionadas a avaliação de políticas públicas e atividades governamentais dos jurisdicionados do Tribunal nas áreas de Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança, Cidadania, Igualdade e outros temas relacionados à garantia do atendimento a necessidades sociais e individuais inerentes à dignidade humana pela Administração Pública aos administrados, sob as perspectivas de relevância, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e utilidade. Com isso, a DPP pode atuar com auditorias operacionais e avaliações de políticas públicas em sentido amplo, sem atuação em processos exclusivos de conformidade ou auditoria financeira.</p>	<p>Até o momento, a unidade trabalha apenas com auditorias operacionais e sínteses de evidências. Outras práticas de avaliação estão em desenvolvimento.</p>
<p>TCE-RO Secretaria Geral de Controle Externo Coordenadoria Especializada em Políticas Públicas 2019</p>	<p>15 auditores de áreas especializadas diversas (direito, economia e administração)</p>	<p>As competências da unidade estão previstas em normativo interno, dentre as referidas competências, destaca-se a realização de trabalhos de fiscalização, voltados à avaliação de programas de governo e órgãos públicos, utilizando-se de métodos inovadores, auditorias operacionais, avaliação de políticas públicas, identificação e sistematização de indicadores. Os trabalhos atualmente estão voltados à realização de Auditorias Operacionais, Levantamentos, Monitoramentos, Acompanhamentos e Projetos de natureza colaborativa junto às unidades fiscalizadas.</p>	<p>Quando de sua institucionalização, no ano de 2019, a unidade se concentrava na execução precípua de auditorias operacionais, aprimorando o seu modelo ao longo dos anos de existência.</p>
<p>TCE-RR Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas (SEAMP)</p>	<p>Composta por quatro auditores de controle externo, três servidores administrativos e um estagiário</p>	<p>De acordo com o normativo interno do TCERR a unidade tem as seguintes competências: a) executar levantamentos, inspeções, auditorias e monitoramentos relativos à sua área de atuação;</p>	<p>Atualmente os auditores da SEAMP compõem os grupos de trabalhos visando articular ações nas áreas de primeira infância e educação.</p>



TC Nome da Unidade <i>Início</i>	Equipe	Atuação	Observações
2023		b) coordenar atividades de fiscalização realizadas em rede nacional com outros órgãos de controle; c) planejar e executar as atividades de fiscalização a cargo da unidade; d) instruir processos de controle externo relativos à sua área de atuação, inclusive em conjunto com outras unidades técnicas de controle externo do Tribunal quando verificada a conexão com matérias distintas à sua área de atuação; e) propor, quando for o caso, a instauração ou conversão em tomada de contas especial; f) analisar as defesas apresentadas pelos agentes públicos, no curso de processos de controle externo sob instrução na unidade g) analisar os recursos interpostos pelos agentes públicos em matéria de competência da unidade, quando determinado pelo conselheiro relator; h) apresentar, à unidade superior de controle externo, propostas de atividades de fiscalização e de atos normativos relacionados à sua área de atuação; i) orientar os jurisdicionados quanto ao cumprimento dos atos normativos editados pelo Tribunal relacionados à sua área de atuação; j) gerenciar os sistemas de coleta de dados e informações do Tribunal, específicos de sua área de atuação, bem como cogerenciar os sistemas que envolvem matérias transversais ou que afetam mais de uma unidade técnica de controle externo do Tribunal, apresentando propostas de melhorias, quando for o caso; k) executar outras atividades em sua área de atuação, a critério da unidade superior de controle externo, bem como outras atividades de fiscalização definidas em atos normativos próprios.	Cada auditor responde anualmente por uma temática, mas todos contribuem e compõem, na medida de sua disponibilidade, na execução das atividades. Apesar da unidade ser especializada não se dedica de forma exclusiva à análise de política pública. Ela cumpre diversas outras atividades, como o PNTP.
TCM-GO Secretaria de Controle Externo de Políticas Públicas 2024	13 auditores de controle externo, de diferentes áreas de formação, garantindo uma multidisciplinaridade de conhecimento.	Dentre as competências está: I - fiscalizar: a) a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas dos municípios jurisdicionados, inclusive com o objetivo de subsidiar a apreciação das contas de governo, prestadas pelos chefes dos Poderes Executivos, e o julgamento das contas de gestão; b) os contratos de gestão celebrados com organizações sociais, os convênios e os termos de parceria celebrados com entidades do terceiro setor; e c) as concessões, as parcerias público-privadas e outros processos de desestatização realizados pelos municípios jurisdicionados; II - produzir informações para subsidiar a	Existem os trabalhos previstos no Plano Anual de Controle Externo, que são atuados pela Secretaria e organizados para execução da atividade (Levantamento, Acompanhamento, Auditorias, Monitoramentos etc.), com previsão dos auditores que atuarão em cada caso e de como o projeto será desenvolvido. Nesses

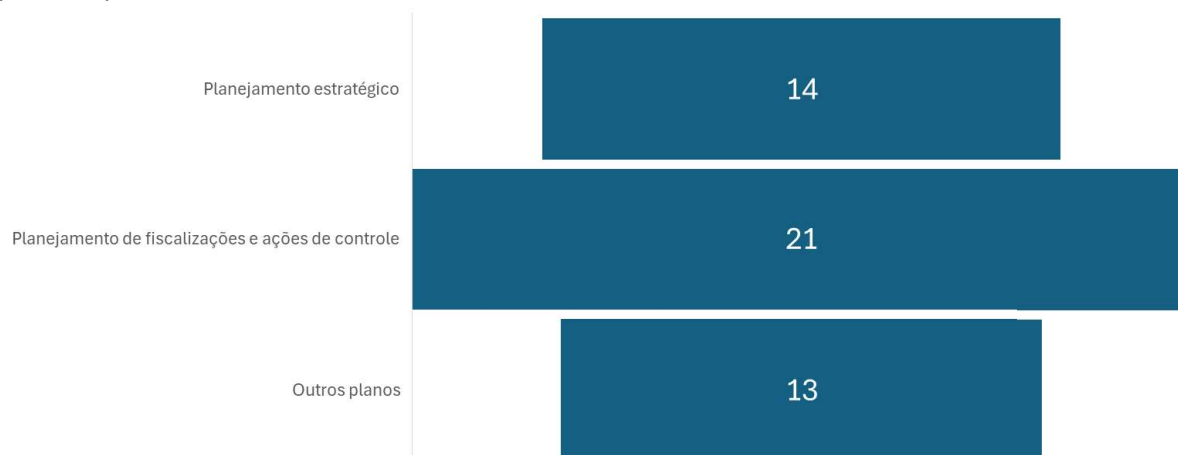


TC Nome da Unidade <i>Início</i>	Equipe	Atuação	Observações
		elaboração de painéis, de boletins e de outros instrumentos informativos direcionados às funções de governo de sua competência; III - criar, avaliar, acompanhar e mensurar indicadores de desempenho das políticas públicas relacionadas à sua competência. Os trabalhos são divididos por matéria, de acordo com a competência de cada Gerência.	casos os trabalhos são executados por equipes de pelo menos 2 auditores, a depender da amplitude do trabalho. E existem trabalhos corriqueiros decorrentes de apreciação de denúncias e representações com objetos voltados a políticas públicas, e apreciação da fase de planejamento e estruturação de Concessões e PPPs. Nesses casos a atuação é individual, com distribuição de atividade/processo para cada auditor.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

Com relação a diretrizes de priorização das ações de controle em políticas públicas, 69,7% dos Tribunais de Contas (TCE-AC, TCE-AP, TCE-BA, TCE-CE, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MG, TCE-MS, TCE-PA, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PI, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RO, TCE-SC, TCE-SP, TCE-TO, TCM-BA, TCM-GO, TCM-SP e TCU) contemplam esse tipo de diretriz em algum instrumento de planejamento institucional.

Gráfico 2 – Instrumentos de planejamento com diretrizes de priorização das ações de controle em políticas públicas dos Tribunais de Contas



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.



Conforme apresentado no Gráfico 2, quase a totalidade dos TCs (91,3%) que possuem diretrizes apontou a existência de tópicos de priorização diretamente nos planejamentos gerais de ações de controle, enquanto 60,8% dos Tribunais contam com diretrizes em nível de planejamento estratégico e 56,5% registram outros tipos de planos institucionais, notadamente planos de gestão, com a presença de diretrizes de priorização.

Em termos normativos, 24,24% dos Tribunais informaram possuir regulamentação específica que trata de avaliação de políticas públicas ou de outra forma de atuação institucional nesse campo (TCE-GO, TCE-MG, TCE-MS, TCE-PB, TCE-RJ, TCE-RN, TCM-SP e TCU), já 21,21% dos Tribunais indicaram que possuem normativos dessa natureza em elaboração ou que são aplicáveis de forma indireta (TCE-BA, TCE-CE, TCE-ES, TCE-PR, TCE-RS, TCE-TO e TCM-GO), por fim, a maioria, 54,55% dos Tribunais apontaram que ainda não dispõem desse tipo de normatização (TC-DF, TCE-AC, TCE-AL, TCE-AM, TCE-AP, TCE-MA, TCE-MT, TCE-PA, TCE-PE, TCE-PI, TCE-RO, TCE-RR, TCE-SC, TCE-SE, TCE-SP, TCM-BA, TCM-PA e TCMRio). No Quadro 2 está sintetizada a distribuição dos normativos mencionados.

Quadro 2 – Normativos mapeados sobre atuação dos TCs em avaliação de políticas públicas

Regulamenta práticas específicas de avaliação de políticas públicas	Regulamenta outra forma de atuação institucional no campo de avaliação de políticas públicas	Regulamenta de forma indireta
Resolução Normativa nº 2/2024 , que dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para avaliação de políticas públicas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás. [TCE-GO]	Manual de Auditoria Operacional . [TCE-MS]	Resolução nº 105/2024 , que dispõe sobre normas para a prestação de contas pelos responsáveis por Unidades Jurisdicionadas da Administração Direta e Indireta Estadual, e respectiva instrução, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia. [TCE-BA]
Procedimento Operacional Padrão - Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas . [TCE-GO]	Resolução RN-TC nº 01/2018 , que dispõe sobre a fiscalização, por meio de Auditoria Operacional, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. [TCE-PB]	Resolução nº 107/2024 , que aprova o Plano de Diretrizes de Controle Externo e Gestão para o exercício de 2025 e dá outras providências. [TCE-BA]
Resolução nº 11/2020 , que dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para avaliação de programas e políticas públicas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. [TCE-MG]	Resolução RN-TC N. 06/2017 , que dispõe sobre a fiscalização através de levantamento, a ser realizada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. [TCE-PB]	Resolução Administrativa nº 10/2015 , que institui o Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. [TCE-CE]
Manual Próprio de Avaliação de Políticas Públicas. [TCE-MG]	Manual de Auditorias Operacionais . [TCE-RJ]	Nota Técnica SEGEX 001/2024 , que adota, com ressalvas, as orientações do Referencial de Controle de Políticas Públicas (RC-PP) do Tribunal de Contas da União (TCU) para o âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). [TCE-ES]
Instrução Técnica Nº 02/2025-SECEX , que aprova o Referencial para a elaboração de Síntese de	Resolução nº 08/2013 – TCE , que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em auditoria	Resolução nº 76/2020 , que dispõe sobre a adoção da NBASP no âmbito do Tribunal de Contas do Paraná.



Regulamenta práticas específicas de avaliação de políticas públicas	Regulamenta outra forma de atuação institucional no campo de avaliação de políticas públicas	Regulamenta de forma indireta
Evidências para Políticas Públicas. [TCE-RN]	operacional no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. [TCE-RN]	[TCE-PR]
Referencial de Controle de Políticas Públicas. [TCU]	Resolução TCMSP nº 14/2019 , que disciplina a auditoria operacional (AOp) no âmbito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.. [TCM-SP]	Resolução nº 1.158/2022 , que dispõe sobre a Auditoria Operacional no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. [TCE-RS]
-	Manual de Auditoria Operacional – Edição 2020. [TCU]	Instrução Normativa nº 007/2024 , que dispõe sobre a Auditoria Operacional (Aop) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. [TCE-TO]
-	-	Resolução Administrativa nº 113/2019 , que disciplina a auditoria operacional no âmbito do TCMGO. [TCM-GO]
-	-	Manual de Auditoria Operacional do TCU. [TCM-GO]
-	-	Roteiro de Levantamento do TCU (em elaboração manual próprio de Levantamento). [TCM-GO]
-	-	Resolução Administrativa nº 83/2025 , que estabelece procedimentos relativos à realização dos Acompanhamentos no TCMGO. [TCM-GO]

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

Interessante notar que, conforme disposto no Quadro 2, parte dos Tribunais de Contas considera normativos relacionados a auditorias operacionais como uma regulamentação direta de outras formas de atuação no campo das políticas públicas, enquanto outros Tribunais apontaram esse tipo de normatização como uma forma indireta de regulamentação para atuação em políticas públicas.

3 Caracterização da atuação dos TCs em políticas públicas

A coleta de dados voltada à caracterização da atuação dos Tribunais de Contas na área de políticas públicas considerou a amplitude dos objetivos de avaliação propostos na NBASP 9020:

Avaliações têm um objetivo amplo de realizar uma contribuição específica para uma área de política pública. Os objetivos da avaliação mais comumente reconhecidos são:

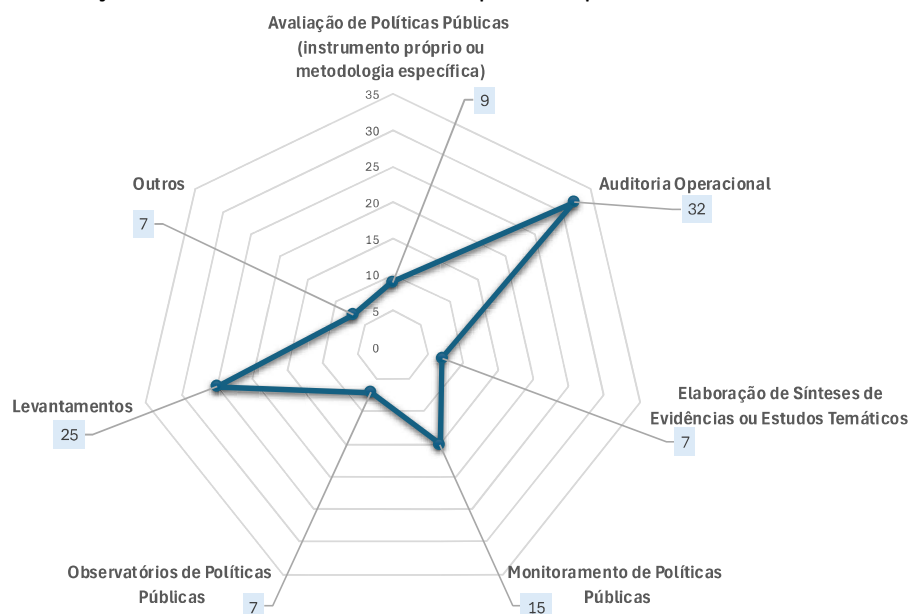
- **Planejamento e eficiência** - garantir que há uma justificativa para uma política pública e que os recursos são empregados de modo eficiente;



- **Accountability** - demonstrar em que medida uma política alcançou seus objetivos, o quão bem seus recursos foram utilizados e quais foram os seus impactos;
- **Implementação** - melhorar o desempenho de uma política e a efetividade de sua execução e de seu gerenciamento;
- **Produção de conhecimento** - entender o que funciona (para quem) e o porquê (e em quais contextos);
- **Fortalecimento institucional** - melhorar e desenvolver capacidades entre os participantes da política pública e suas redes e instituições (NBASP 9020, p. 10-11).

Nesse sentido, foram incluídos na atuação em políticas públicas diversos tipos de instrumentos de fiscalização, além de outras ações de natureza não fiscalizatória de forma estrita. No Gráfico 3 estão apresentados os diferentes formatos já adotados pelos Tribunais de Contas para desenvolvimento de ações de controle relacionadas a políticas públicas.

Gráfico 3 – Formatos de ações de controle relacionadas a políticas públicas adotados nos TCs



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

A auditoria operacional é o formato mais recorrente, aplicado por quase a totalidade (96,97%) dos Tribunais de Contas em ações voltadas ao controle de políticas públicas. Apenas o TCE-MT não registrou o uso desse tipo de auditoria direcionado às políticas públicas, destacando por meio do campo “Outros” que ainda não possui ações de controle relacionadas a políticas públicas com base nos objetivos da NBASP 9020.

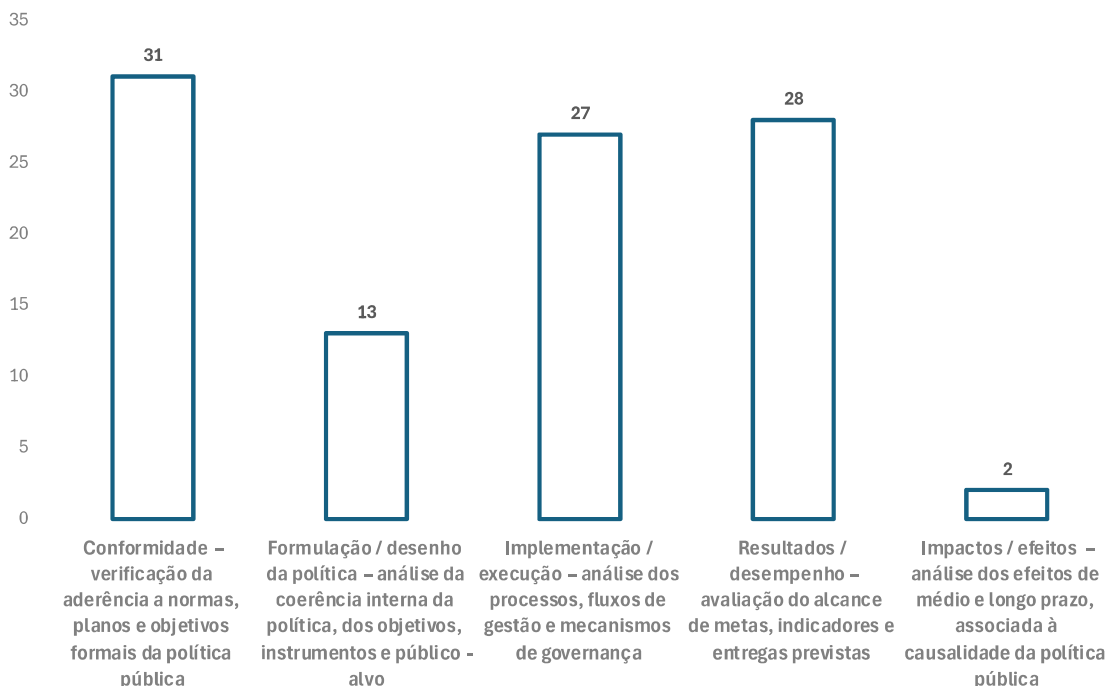
A utilização de formatos mais voltados à produção de conhecimento também merece destaque, seja por meio de levantamentos (75,76% - TC-DF, TCE-AC, TCE-AL, TCE-AP, TCE-CE, TCE-ES,



TCE-GO, TCE-MS, TCE-PA, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PI, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RO, TCE-RR, TCE-RS, TCE-SC, TCE-TO, TCM-BA, TCM-GO, TCM-PA, TCMRio e TCU) ou por estratégias mais recentes, como a elaboração de sínteses de evidências ou estudos temáticos (21,21% - TC-DF, TCE-BA, TCE-PA, TCE-RN, TCE-SC, TCE-TO e TCU). Em outra perspectiva, como suporte à melhoria na implementação de políticas públicas, podem ser mencionados os monitoramentos de políticas públicas (45,45% - TC-DF, TCE-AC, TCE-AM, TCE-BA, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MS, TCE-RO, TCE-RS, TCE-SC, TCE-TO, TCM-GO, TCM-PA, TCMRio e TCU) e os observatórios de políticas públicas (21,21% - TCE-AC, TCE-BA, TCE-ES, TCE-GO, TCE-TO, TCM-GO e TCU). Por sua vez, a aplicação de instrumento próprio ou metodologia específica de avaliação de políticas públicas foi apontada por 27,27% dos Tribunais de Contas (TC-DF, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MG, TCE-MS, TCE-SC, TCE-SP, TCE-TO e TCU).

Quanto aos outros formatos, foram mencionados o acompanhamento (TCE-AC e TCE-SE), processos de contas e inspeções (TCE-BA), auditoria de conformidade (TCE-CE), indução de agenda de avaliação nos entes jurisdicionados (TCE-ES) e a criação do Selo de Qualidade, um indicador sintético que avalia as políticas públicas por função de governo (TCMRio).

Gráfico 4 – Dimensões analisadas em ações de controle realizadas sobre políticas públicas nos TCs



Fonte: Dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

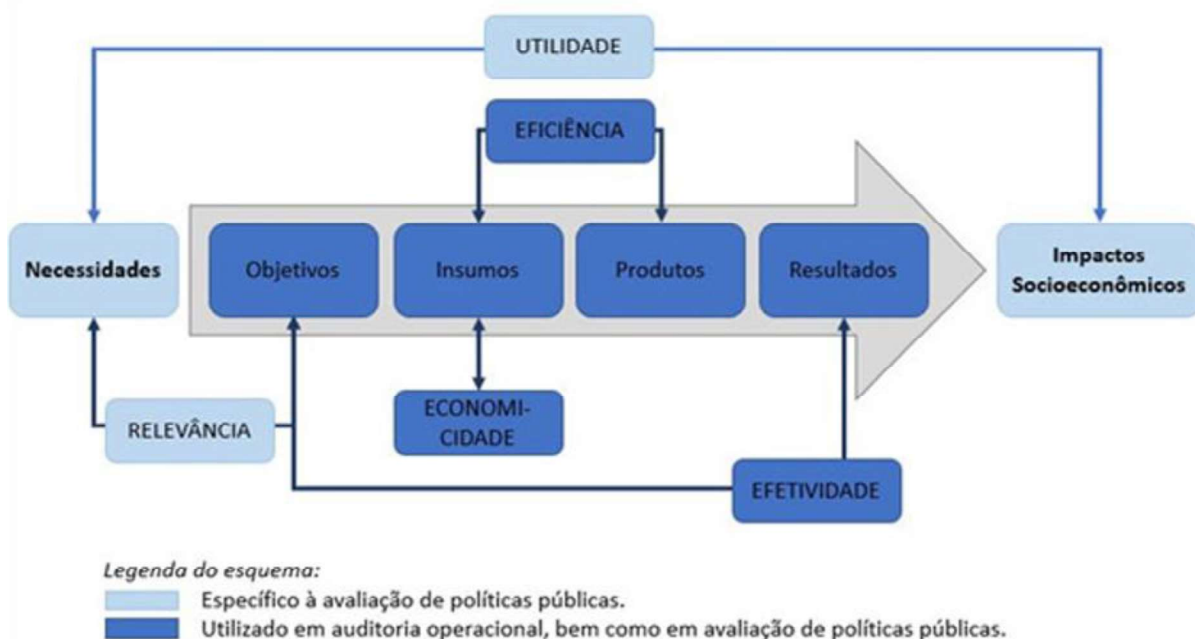
No que se refere às dimensões analisadas em ações de controle realizadas sobre políticas públicas, é interessante notar que, conforme disposto no Gráfico 4, todas as dimensões sugeridas no questionário foram sinalizadas por algum Tribunal de Contas. A dimensão mais comum foi a de



conformidade das políticas públicas (93,94%), seguida por resultados (84,85%), implementação / execução (81,82%), formulação / desenho (39,39%) e impactos / efeitos (6,06%). Vale ressaltar que as dimensões menos trabalhadas até o momento, ou seja, formulação / desenho (TC-DF, TCE-AM, TCE-BA, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MG, TCE-PI, TCE-RJ, TCE-RR, TCE-SP, TCE-TO, TCMRio e TCU) e impactos / efeitos (TCE-SC e TCE-SP), são aquelas que estão mais relacionadas aos aspectos destacados como típicos da avaliação de políticas públicas nos termos da NBASP 9020: relevância e utilidade.

Nesse sentido, também foi considerado para a caracterização da atuação dos Tribunais de Contas em políticas públicas, o processo de avaliação apresentado pela NBASP 9020, conforme Figura 1.

Figura 1 – O processo de avaliação



Fonte: NBASP 9020, p. 11.

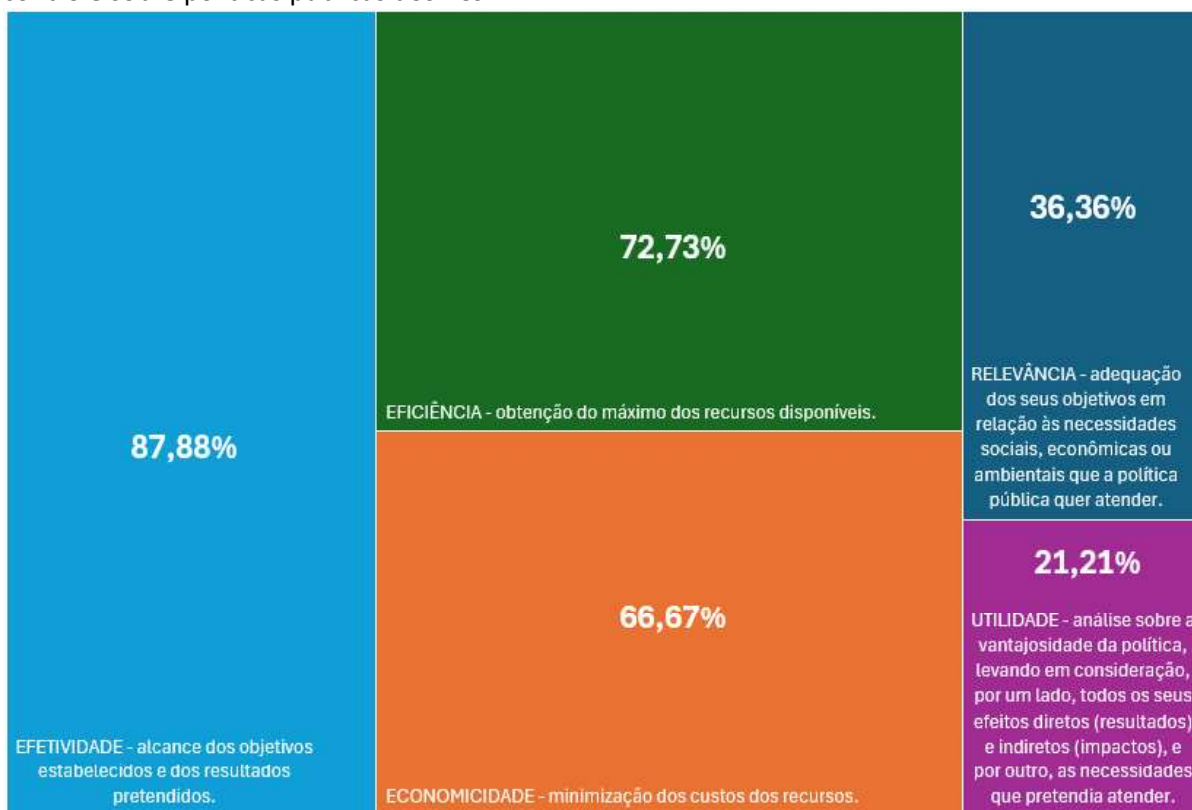
Sobre os aspectos que reúnem as principais questões do processo de avaliação, o questionário também revelou que, embora 6,06% dos Tribunais (TCE-AL e TCE-MT) ainda não tenham abordado tais aspectos mencionados na NBASP 9020, a atuação dos Tribunais de Contas no geral já contempla todos os aspectos propostos na NBASP 9020, com diferentes níveis de recorrência, conforme disposto no Gráfico 5.

Os aspectos que reúnem questões típicas de auditoria operacional são os mais recorrentes, com destaque para a efetividade. Entre os aspectos típicos de avaliação de políticas públicas a relevância se mostrou mais comum (TC-DF, TCE-CE, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MA, TCE-MG, TCE-MS, TCE-



RR, TCE-SP, TCE-TO, TCM-GO e TCU) seguida pela utilidade (TC-DF, TCE-CE, TCE-MA, TCE-MS, TCE-RO, TCE-SC e TCU).

Gráfico 5 – Aspectos do processo de avaliação proposto pela NBASP 9020 abordados nas ações de controle sobre políticas públicas dos TCs



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

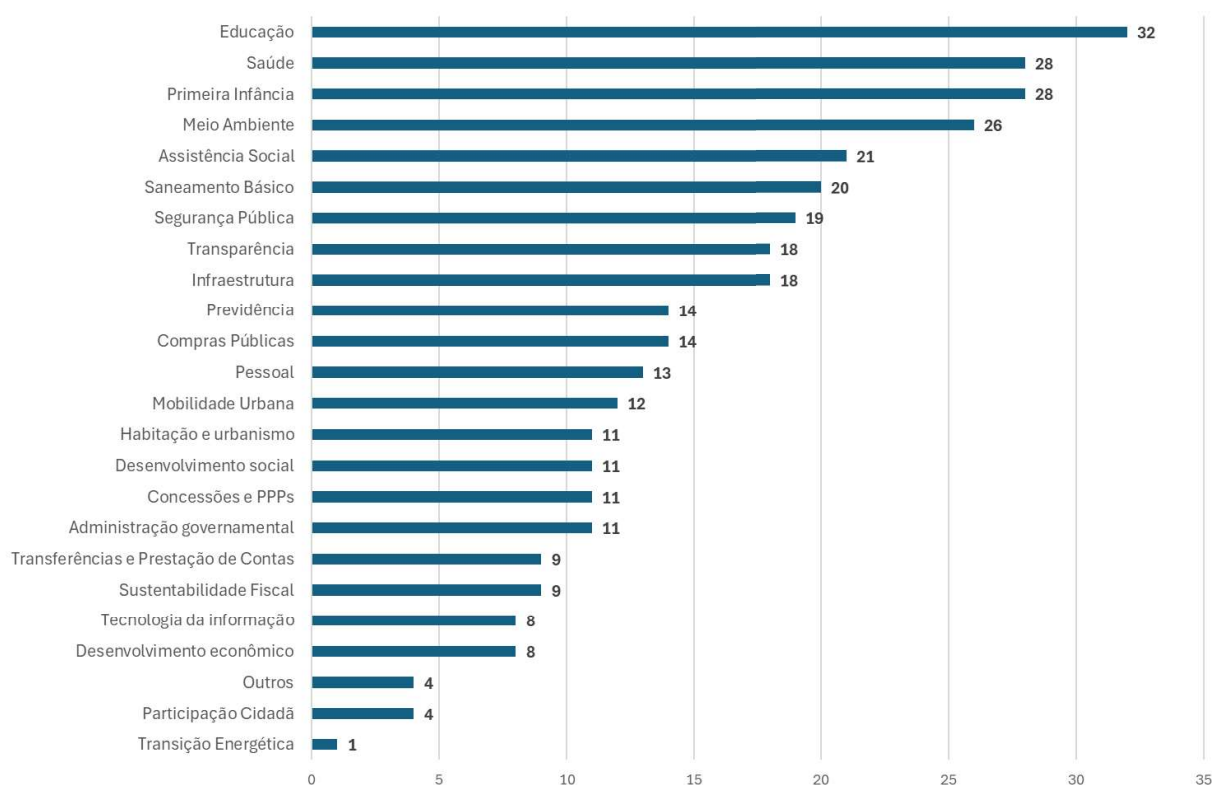
Em relação a áreas temáticas de políticas públicas¹ com atuação dos Tribunais de Contas entre 2021 e 2025, a partir do Gráfico 6 verifica-se a diversidade de atuação. A área de políticas públicas de educação foi a mais abordada pelos Tribunais de Contas (96,97%), com destaque também para saúde (84,85%), primeira infância (84,85%), meio ambiente (78,79%) e assistência social (63,64%) que completam o grupo das 5 áreas de políticas públicas mais trabalhadas pelos Tribunais de Contas entre 2021 e 2025.

Considerando as diferentes áreas de atuação em políticas públicas, os Tribunais de Contas ainda apontaram até 5 ações de referência, desenvolvidas em 2021 e 2025. Os detalhes das ações indicadas pelos Tribunais podem ser consultados no Apêndice A.

¹ Áreas definidas a partir da listagem da Rede Integrar.



Gráfico 6 – Áreas temáticas de políticas públicas com atuação dos TCs entre 2021 e 2025



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

Como estratégia de síntese do que foi apresentado até o momento acerca da caracterização da atuação dos Tribunais de Contas na área de políticas públicas, no Quadro 3 estão destacados os Tribunais de Contas com alto potencial para compartilhamento de práticas de avaliação, seja pela diversidade de áreas temáticas que abordaram, seja por terem experiência em mais formatos, dimensões ou aspectos do processo de avaliação.

Quadro 3 – Tribunais de Contas com atuação destacada em políticas públicas

TC	TCs que utilizam pelo menos 5 formatos de ações de controle em políticas públicas	TCs que analisam pelo menos 4 dimensões nas ações de controle em políticas públicas	TCs que analisam pelo menos 4 aspectos nas ações de controle em políticas públicas	TCs que atuaram em mais da metade das áreas temáticas de políticas públicas
TC-DF				
TCE-BA				
TCE-CE				
TCE-ES				
TCE-GO				
TCE-MA				
TCE-MS				
TCE-PI				
TCE-PR				
TCE-RJ				
TCE-RR				
TCE-RS				



TCE-SC				
TCE-SP				
TCE-TO				
TCM-PA				
TCMRio				
TCU				

Fonte: Dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

Ainda sobre características da atuação dos Tribunais de Contas na área de políticas públicas, o questionário também indagou acerca de referenciais normativos e metodológicos (nacionais ou internacionais) que orientam a definição de critérios, escopo e procedimentos dos trabalhos em políticas públicas. Sobre esse ponto, vale ressaltar que, além de normativos internos de cada Tribunal, os referenciais mais mencionados foram as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) ou suas correspondentes no âmbito da INTOSAI (mencionadas por 87,87% dos TCs); e manuais ou referenciais elaborados pelo Tribunal de Contas da União (mencionados por 45,45% dos TCs). Com isso, fica evidente o potencial indutor e de compartilhamento de práticas do TCU, também reforçado pelo disposto no Quadro 3.

Outros referenciais normativos mencionados incluem materiais do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Casa Civil do Governo Federal, do FGV Clear, do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No Quadro 4 está sintetizada a análise de conteúdo realizada nas respostas dissertativas dos TCs acerca dos principais desafios associados à atuação em políticas públicas. Os desafios foram categorizados em 4 categorias, sendo a mais recorrente a categoria de Capacidade Institucional (interna), seguida por aspectos metodológicos, relacionamento e governança (externo) e dados e informações. Entre as subcategorias de desafios, predominou “perfil e formação técnica”, com foco na necessidade de capacitação em temas específicos. Também foram destacados desafios relacionados a “inexistência ou má qualidade dos dados”, o que pode inviabilizar a condução de avaliações, principalmente, em sentido estrito. Em terceiro lugar em termos de recorrência foram mencionados desafios ligados a “inadequação de instrumentos / metodologia” e “escassez de pessoal” em termos quantitativos. Por fim, também foram apontados de forma recorrente a “baixa maturidade de gestão / instabilidade”, considerando as estruturas e capacidades dos jurisdicionados, e a “cultura punitiva / resistência” no que tange ao ambiente organizacional dos próprios Tribunais de Contas e a forma de relacionamento com os seus jurisdicionados.



Quadro 4 - Principais desafios na atuação dos TCs em políticas públicas.

Cód	Categoria / Subcategoria	Freq.	Exemplos de Trecho de Evidência (Fonte)
D1	ASPECTOS METODOLÓGICOS	17	
D1.1	Inadequação de instrumentos / Metodologia	7	1. "Não é preto no branco... mas sim uma nuance de tonalidades de cinza." (TCMRio) 2. "Desafio de estabelecer normativa própria." (TCE-TO)
D1.2	Definição de escopo e amostra	3	1. "Tema é bastante amplo... desafiante a escolha de um norte claro." (TCE-RS) 2. "Dificuldade na delimitação do objeto... desenho institucional complexo." (TCM-SP)
D1.3	Medição de impacto e causalidade	4	1. "Isolar variáveis p/ avaliação de impacto." (TCE-BA) 2. "Dificuldade em mensurar eficiência, eficácia e efetividade." (TCE-SE)
D1.4	Tempo e Prazos insuficientes	3	1. "Os prazos usuais das auditorias nem sempre são compatíveis com a análise aprofundada." (TC-DF) 2. "Dificuldade de conciliar a necessidade de muito estudo com as exigências de entrega." (TCE-RS)
D2	DADOS E INFORMAÇÕES	14	
D2.1	Inexistência ou má qualidade dos dados	10	1. "Ausência de dados e informações estruturadas... impede qualquer avaliação." (TCM-GO) 2. "Fontes de informação [insuficientes]." (TCE-PA) 3. "Obtenção de informações confiáveis." (TCE-RJ)
D2.2	Ausência de indicadores na origem (Planejamento)	4	1. "Fragilidade da função planejamento... Escassez de indicadores." (TCE-RR) 2. "Falhas substanciais nas peças de planejamentos... deficiência de diagnóstico." (TCE-SP)
D3	CAPACIDADE INSTITUCIONAL (INTERNO)	23	
D3.1	Perfil e Formação Técnica	12	1. "Necessidade de ampliar o quadro técnico e o suporte especializado de servidor da tecnologia da informação." (TCM-BA) 2. "O principal desafio foi a criação de um setor específico com auditores especializados." (TCE-MT) 3. "Necessidade de capacitação constante do corpo de servidores." (TCE-MG) 4. "Capacitação do corpo técnico na expertise na avaliação." (TCE-AP)
D3.2	Escassez de Pessoal (Quantidade)	7	1. "Dificuldade de especializar servidores [devido à] limitação da capacidade operacional." (TCE-CE) 2. "Restrição de pessoal." (TCE-ES)
D3.3	Cultura Organizacional (Foco em conformidade)	4	1. "Tribunal historicamente vinculado à conformidade pura." (TCE-AM) 2. "Foco principal... esteve voltado à fiscalização de conformidade... desenvolver competências preliminares." (TCE-RO)
D4	RELACIONAMENTO E GOVERNANÇA (EXTERNO)	16	
D4.1	Baixa Maturidade de Gestão / Instabilidade	6	1. "Baixo nível de maturidade da gestão... carência de pessoal qualificado [no município]." (TCM-PA) 2. "Constante rotatividade de servidores... em decorrência da mudança da autoridade política." (TCE-SP)
D4.2	Cultura Punitiva / Resistência	6	1. "Convencer que é competência do tribunal de contas." (TCE-MA)



			2. "Dificuldade em conciliar... o papel pedagógico e indutor... com a atuação sancionatória." (TCE-PI)
D4.3	Risco de Coautoria e Independência	4	1. "Analisar a utilidade... de maneira neutra e independente, sem restringi-la a uma unidade." (TCE-MS) 2. "Risco de coautoria... comprometer a independência do auditor." (TCE-GO)

Fonte: Elaboração própria, com suporte da inteligência artificial Gemini (Google, 2025), a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

No que se refere a lições aprendidas, os registros dos TCs foram agrupados em três categorias: estratégia de atuação, relacionamento com jurisdicionado e valor público e sociedade. A lição mais forte compõe a categoria de relacionamento com jurisdicionados e destaca a necessidade de aproximação, diálogo e parcerias. Por outro lado, no que se refere à estratégia de atuação, os TCs pontuaram de forma predominante a necessidade de avançar gradualmente, tendo a auditoria operacional como um importante degrau. Por fim, na categoria de valor público e sociedade, destacou-se a importância da transparência e da utilidade das avaliações como fonte de informação para toda a sociedade.

Quadro 5 – Principais lições aprendidas na atuação dos TCs em políticas públicas.

Cód	Categoria / Subcategoria	Freq.	Exemplos de Trecho de Evidência (Fonte)
L1	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	11	
L1.1	Delimitação do Escopo ("Menos é mais")	3	1. "Reduzir a abrangência do escopo, visto que se torna bastante trabalhoso." (TCE-AC) 2. "Monitorar a evolução das políticas públicas a partir das recomendações." (TCU)
L1.2	Gradualismo (Auditoria Operacional como degrau)	6	1. "Ainda está em etapas iniciais da curva de aprendizado das auditorias operacionais." (TCE-PR) 2. "Importância de se manter em algumas temáticas ao longo de anos." (TCE-PE)
L1.3	Flexibilidade e Métodos Mistos	2	1. "Metodologia de trabalho precisa ser vista também com certa flexibilidade." (TCE-SC) 2. "Optado por abordagens de natureza mais qualitativa." (TC-DF)
L2	RELACIONAMENTO COM JURISDICONADO	11	
L2.1	Postura Construtiva / Pedagógica	4	1. "Papel da avaliação como ferramenta de gestão, aprendizado... e não como mecanismo punitivo." (TCE-GO) 2. "Oferta de orientações... recomendações de forma proativas." (TCE-SP)
L2.2	Aproximação, Diálogo e Parcerias	7	1. "Estabelecer interações constantes com os diferentes atores... reuniões de conselhos." (TCE-RN) 2. "Receptividade dos gestores que atuam na ponta." (TCE-PB)
L3	VALOR PÚBLICO E SOCIEDADE	4	
L3.1	Foco no Cidadão ("Estado na ponta")	1	1. "O tribunal é o Estado na ponta... Há uma expectativa gerada [pelo cidadão]." (TCE-AL)



L3.2	Transparência e Utilidade	3	<p>1. "Fortalecer estratégias de divulgação acessível... como relatórios-síntese." (TCM-SP)</p> <p>2. "Privilegiar o papel informativo das auditorias." (TC-DF)</p>
------	---------------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria, com suporte da inteligência artificial Gemini (Google, 2025), a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

4 Capacitação e desenvolvimento institucional

No que tange a capacitações na área de políticas públicas, 16 Tribunais de Contas (48,48% - TC-DF, TCE-AC, TCE-BA, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MG, TCE-MS, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RS, TCE-SC, TCM-BA, TCM-GO, TCM-PA, TCM-RJ e TCU) informaram a existência de ações nesse sentido, entre 2021 e 2025. Conjuntamente, esses Tribunais de Contas listaram 53 exemplos de ações de capacitação, das quais 8 possuem registro para compartilhamento, conforme apresentado no Quadro 6. A lista completa das ações de capacitação está disponível no Apêndice B.

Quadro 6 – Exemplos de capacitações na área de políticas públicas

TC	Título (Link para acesso)	Síntese do conteúdo
TC-DF	Maratona Temática: O Olhar dos Tribunais de Contas sobre Políticas Públicas	<p>1º dia: O controle externo como avaliador de políticas públicas; Avaliação de políticas públicas: aprimoramento do desempenho ou punição retrospectiva?; A aptidão dos Tribunais de Contas para produzir resultados positivos em políticas públicas; Avaliação de políticas públicas nas contas de governo; Avaliação das políticas públicas: uma missão de todos.</p> <p>2º dia: Para além dos números: O papel do controle externo na qualidade das políticas públicas.; A interação do controle externo com o ciclo das políticas públicas; Aspectos que não podem ser esquecidos na avaliação de políticas Públicas; Avaliação de políticas públicas como ferramenta de accountability, controle social e combate à corrupção; A participação da sociedade civil na avaliação das políticas pública; Limites institucionais e oportunidades: qual o alcance dos tribunais de contas na avaliação de políticas públicas?</p>
TC-DF	Maratona temática: Auditoria na primeira infância	<p>1º dia: A importância da Primeira Infância - indicadores e desigualdades; Pacto Nacional pela Primeira Infância; Educação na Primeira Infância; Ações pela primeira infância na UnB.</p> <p>2º dia: Apresentar as ações realizadas sobre a temática na 1ª Infância no TCE-GO; Apresentar as ações realizadas sobre a temática na 1ª Infância no TCE-PE; Apresentar as ações realizadas sobre a temática na 1ª Infância no TCE-TO; Ações do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do DF; Ações realizadas pelo MPDFT; Ações realizadas pelo GDF.</p>
TC-DF	Maratona Temática: Educação	<p>1º dia: Principais desafios e projetos educacionais do DF; Avaliação da implementação e gestão do PDE; Boas práticas de Políticas Educacionais; Fiscalização da Educação Básica pelo TCU; Painel de PPPs em Educação.</p> <p>2º dia: Financiamento da Educação; Financiamento da Educação no DF; Indicador de Trajetórias Educacionais; Boas práticas em Políticas Educacionais; Mesa Redonda sobre o PDAF.</p>
TC-DF	Maratona Temática: Governança em Saúde	<p>1º dia: Implementação da Governança Pública como ferramenta de monitoramento; Governança em Saúde; Principais Desafios da</p>



TC	Título (Link para acesso)	Síntese do conteúdo
		Governança em Saúde; Apresentação do Painel dos Planos Municipais de Saúde; Teoria das 5 Dimensões para os Gestores da Saúde. 2º dia: Modelo de Governança em Saúde adotado pela SES/DF; Apresentação do Mapa da Saúde; Apresentação dos Resultados de Auditoria realizada pelo TCDF na Secretaria de Saúde; Governança no Setor Público com foco em Saúde: a Visão do TCU; Importância do Controle Social na Governança em Saúde.
TCE-BA	CooperAÇÃO: Planejamento e Controle – 2ª Edição: “Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas” – 1º Módulo: Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas	Com o objetivo de proporcionar um contato abrangente com todas as fases do uso de indicadores no monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) promove, por intermédio da Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL), a segunda edição do “Cooper AÇÃO – Planejamento e Controle”, que terá como tema “Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”.
TCE-BA	CooperAÇÃO: Planejamento e Controle – 2ª Edição: “Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas” – 2º Módulo: Avaliação das Políticas Públicas	
TCE-BA	Indicadores e Seu Uso no Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Com o objetivo de proporcionar um contato abrangente com todas as fases do uso dos indicadores no monitoramento e avaliação de programas e políticas, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) promove o curso “Indicadores e seu Uso no Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”. Realizado pela Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL), o curso faz parte do Plano de Capacitação 2021.
TCE-MS	Orientações para Elaboração do Plano Plurianual - PPA	Oferecer suporte técnico orientativo e apoiar o gestor público na efetivação do cumprimento do Art. 37 § 16 da Constituição Federal, que prevê que os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

Ainda sobre capacitação, todos os Tribunais de Contas apontaram sugestões de temas que podem compor um plano para aprimorar a atuação dos Tribunais na área de avaliação de políticas públicas. A nuvem de palavras gerada a partir das respostas dos TCs (Figura 2), revela o interesse central em compreender o “como fazer” avaliações, incluindo aspectos instrumentais e dimensões de análise, além do aprofundamento conceitual sobre políticas públicas, alinhado ao disposto nas NBASPs.



Figura 2 – Nuvem de palavras sobre temas de capacitação indicados pelos TCs



Fonte: Elaboração própria, com suporte da inteligência artificial Gemini (Google, 2025), a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

A análise temática das sugestões sobre capacitação ainda possibilitou a construção do agrupamento descrito no Quadro 7, o qual revela um possível caminho de planejamento de capacitações em cinco eixos estruturantes: 1) Fundamentos e Cultura de Evidências; 2) Metodologias e Ferramentas de Avaliação; 3) Tecnologia e Análise de Dados; 4) Temáticas Setoriais e Planejamento; e 5) Comunicação, Transparência e *Soft Skills*.

Quadro 7 – Proposta de agrupamento de temas para capacitação em avaliação de políticas públicas

Eixo	Temas	Breve descrição
Fundamentos e Cultura de Evidências	Normativos Específicos	Aprofundamento na NBASP 9020 (Avaliação de Políticas Públicas) e distinção clara entre Auditoria Operacional (Desempenho) e Avaliação de Políticas Públicas.
	Ciclo de Políticas Públicas	Compreensão das etapas de agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.
	CrITÉrios de Avaliação	Os "Es" tradicionais: Eficiência, Eficácia, Efetividade e Economicidade. Novas dimensões: Relevância, Utilidade, Equidade, Sustentabilidade e Justiça Social.
	Política Informada por Evidências	Conceitos, barreiras e facilitadores para o uso de evidências na gestão pública.
	Federalismo e Governança	Coordenação interfederativa e governança multinível.
Metodologias e Ferramentas de Avaliação	Estruturação do Problema	Teoria da Mudança, Teoria do Programa e Modelo Lógico (Marco Lógico).
	Métodos Quantitativos	Estatística aplicada (amostragem), Econometria e Avaliação de Impacto (análises contrafactuais / experimentais).
	Métodos Qualitativos	Análise de conteúdo, análise de discurso, entrevistas, grupos focais e estudos de caso.
	Abordagens Mistas	Triangulação de dados e métodos de ciências sociais (vieses cognitivos, análise de redes).
	Revisão da literatura	Técnicas de revisão (sistemática, escopo, <i>umbrella</i> , meta-síntese,



Eixo	Temas	Breve descrição
		meta-análise etc.) para síntese de evidências
	Indicadores	Construção, validação e monitoramento de indicadores de desempenho e resultado.
Tecnologia e Análise de Dados	Ciência de Dados	Mineração de dados, tratamento de grandes bases e cruzamento de dados governamentais (Siconfi, Censo, INEP, DATASUS, eSocial etc.).
	Controle Concomitante	Monitoramento em tempo real de gastos, contratos e execução de políticas. Técnicas de auditoria orientada a riscos e supervisão baseada em materialidade e relevância social.
	Ferramentas	Uso de <i>Business Intelligence</i> (BI), construção de dashboards para monitoramento contínuo e introdução à Inteligência Artificial no controle.
Temáticas Setoriais e Planejamento	Políticas Setoriais	Cursos específicos sobre Saúde, Educação, Meio Ambiente e Primeira Infância.
	Instrumentos de Planejamento	Integração da avaliação com PPA, LDO e LOA; diagnóstico de problemas públicos.
	Gestão e Contratos	Fiscalização de Terceiro Setor (OSSs), Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões.
Comunicação, Transparência e <i>Soft Skills</i>	Comunicação de Resultados	Redação de relatórios em linguagem cidadã, <i>visual law</i> e técnicas de apresentação.
	Relacionamento	Consensualismo, diálogo com gestores e articulação com conselhos de políticas públicas (controle social).
	Tradução do Conhecimento	Técnicas para sintetizar achados complexos para diferentes públicos (gestores, imprensa, cidadãos).
	Uso de Resultados	Como engajar stakeholders para que a avaliação gere mudanças reais.

Fonte: Elaboração própria, com suporte da inteligência artificial Gemini (Google, 2025), a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

Além dos aspectos específicos sobre capacitação, os Tribunais de Contas também responderam acerca da existência de parcerias com instituições de referência para desenvolvimento de capacidades em avaliação de políticas públicas. A existência desse tipo de parceria foi confirmada por 11 Tribunais de Contas (33,33% - TC-DF, TCE-AC, TCE-BA, TCE-ES, TCE-PE, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-SC, TCM-BA, TCM-SP e TCU), incluindo ações de capacitação, compartilhamento de dados, aperfeiçoamento de modelos de trabalho, ações de controle, entre outros, conforme detalhado no Quadro 8.

Quadro 8 – Parcerias descritas pelos Tribunais de Contas com foco no desenvolvimento de capacidades em avaliação de políticas públicas

TC	Descrição da parceria
TC-DF	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mestrado profissional em administração pública e políticas públicas pela UnB.
TCE-AC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Termo de cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), por meio do qual foi instituído o Grupo de Trabalho Ambiental. Esse grupo promoveu reuniões periódicas que resultaram na criação do Projeto Previsia, iniciativa voltada à previsão de desmatamentos e queimadas, utilizando recursos de geoprocessamento e Inteligência Artificial.
TCE-BA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mestrado em Políticas Públicas com a FGV – Fundação Getúlio Vargas.
TCE-ES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ FGV EESP CLEAR e UFES. ▪ Frentes de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sistema de Monitoramento de Políticas Municipais: criação conjunta (FGV CLEAR e TCE/ES) de uma nova estratégia por meio do desenvolvimento de um sistema de monitoramento dessas políticas. O sistema visa otimizar a análise de dados e apoiar as gestões municipais com informações cada vez mais confiáveis e consistentes, fortalecendo a tomada de



TC	Descrição da parceria
	<p>decisão baseada em evidências.</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Assessoria em avaliação de programas: O serviço de assessoria em avaliação visa auxiliar a condução de avaliações no Tribunal e compreende atividades para desenvolvimento de metodologia de realização da avaliação. As Assessorias em Avaliação abrangem o apoio ao Tribunal para a realização de duas avaliações de programas estaduais ou municipais, por meio de encontros no formato online e síncrono. ○ Seminário em M&A de Políticas Públicas: organizar um seminário estadual de M&A de Políticas Públicas, com o objetivo de informar e sensibilizar gestores públicos sobre a importância do tema. A equipe do FGV CLEAR poderá contribuir para definição da agenda e participará do evento como palestrante convidado. Nesta etapa está prevista a participação de dois (02) representantes do FGV CLEAR. ○ Curso Gestão com base em evidências: O “Curso Gestão Pública com Base em Evidência” consiste em uma capacitação para 30 gestores públicos municipais, com exposição de conceitos e fundamentos sobre o ciclo da política pública e avaliação. Ao final do curso, cada participante será capaz de utilizar múltiplas ferramentas de monitoramento e avaliação, interpretar os diferentes tipos de avaliações e entender a relevância do uso de evidência para a tomada de decisão. ○ Assessoria em políticas municipais de avaliação: A assessoria compreende o apoio no desenvolvimento de políticas municipais de avaliação, a partir da elaboração do diagnóstico sobre desafios, necessidades e capacidades em avaliação e de assessoria para desenvolvimento de proposta de governança em municípios-piloto no Espírito Santo. O serviço de assessoria proporcionará a oportunidade de refletir sobre componentes adequados para políticas municipais de avaliação, estabelecendo as diretrizes, práticas, processos e governança para integrar a avaliação à gestão governamental e contribuir para a tomada de decisão com base em evidência.
TCE-PE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, cooperação para construção de modelo de avaliação de políticas públicas pelo TCE-PE.
TCE-PR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoamento metodológico do Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (PROGOV), com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).
TCE-RJ	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cooperação técnico-científica com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal através da ATRICON para realização de ações conjuntas para fortalecer a pauta da Primeira Infância nos municípios, com foco na sensibilização dos novos mandatos, disseminação de materiais de apoio às gestões locais e realização de notas técnicas e eventos voltados à formulação de políticas públicas para a primeira infância.
TCE-SC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 20/80010772 - Aderir ao Acordo que tem por objetivo realizar estudos de aperfeiçoamento de Políticas e Programas Públicos Descentralizados: Auditorias baseadas em Resultados ▪ 21/00018790 - Aderir ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre TCU, a ATRICON e o IRB para formação da Rede Integrar de Fiscalização de Políticas Públicas Descentralizadas ▪ 21/00276659 - Adere ao Termo de Compromisso cujo objetivo é a resposta pública, eficaz e imediata, para coibir, prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres e a implementação de políticas públicas integradas em todo território de Santa Catarina, e principalmente o cumprimento da Lei Maria da Penha ▪ 23/80007610 - Constituição do Laboratório de Orçamento de Políticas Públicas - LAOPP - O objetivo do Laboratório de Análises em Orçamentos e Políticas Públicas (LAOPP) é acompanhar o planejamento e a execução dos orçamentos do Estado e dos municípios com foco na implementação das políticas públicas e auxiliar as Promotorias de Justiça e o Tribunal de Contas na fiscalização do uso dos recursos públicos de forma efetiva nos projetos de interesse coletivo. ▪ 24/88087659 - Adesão à Rede Nacional de Ouvidorias que tem como objeto o intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando à simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ao fortalecimento da transparência pública, à fiscalização de recursos federais descentralizados a estados e municípios e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social e avaliação social de políticas públicas e serviços públicos no âmbito da Rede Nacional de Ouvidorias (RENOUV). ▪ 24/80088620 - Cooperação mútua entre as entidades signatárias, com vistas à execução conjunta de fiscalizações coordenadas, em todas as suas etapas, de legalidade ou operacional, incluindo Levantamentos e monitoramentos, mediante o intercâmbio de conhecimentos experiências, visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas, especialmente daquelas de elevado impacto econômico e social, e de interesse do sistema Tribunais de Contas.
TCM-BA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Está em curso o Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP) a partir de uma parceria com o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia-TCE/BA, o Ministério



TC	Descrição da parceria
	Público e a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, que integra na mesma turma 45 servidores destas instituições.
TCM-SP	<ul style="list-style-type: none"> FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO - MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS - TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (parceria institucional para preenchimento das vagas contratadas).
TCU	<ul style="list-style-type: none"> Programa Internacional para Auditores oferecido pelo Government Accountability Office (GAO), dos Estados Unidos, com treinamento em métodos e técnicas de auditoria operacional, oferecendo troca de experiências e fortalecimento de capacidades institucionais em boas práticas de fiscalização. Desenvolvimento do Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) - Parceria em desenvolvimento entre o TCU e a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), para avaliar resultados de políticas públicas sob múltiplas dimensões da pobreza. Guia de Auditoria em Transição Energética para a fiscalização de políticas públicas voltadas à transição energética, elaborado em parceria com o Grupo de Trabalho em Indústrias Extrativistas (WGTEI) da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) Projeto de Acreditação e Reconhecimento da iniciativa Educação Profissional para Auditores (PESA), no âmbito da Iniciativa para o Desenvolvimento da INTOSAI (IDI). O Instituto Serzedello Correa/TCU oferta Especialização em Controle de Políticas Públicas (https://pos-graduacao-e-pesquisa.tcu.gov.br/curso_detalhe/especializacao-em-controle-de-politicas-p...) que conta com a participação de docentes do TCU e de diversas outras instituições, como ENAP e IBGE. Outros acordos estão sendo discutidos com o INPE e a USP (especificamente com os Laboratórios STAC e Gpublic), relacionados a políticas públicas na área de inteligência territorial. Esses estão sendo articulados pelo grupo de pesquisa Geocontrole, que investiga soluções baseadas no uso de geotecnologias no que diz respeito à sua aplicabilidade e utilidade em questões ligadas ao controle governamental.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

Como último ponto relativo ao desenvolvimento institucional, os TCs apontaram as medidas prioritárias para fortalecimento da atuação em políticas públicas, conforme apresentado no Quadro 9. De forma alinhada aos desafios mencionados, a medida mais citada diz respeito à necessidade de capacitação continuada. Em segundo lugar, a medida mais recorrente foi a estruturação de unidades especializadas. Por sua vez, o estabelecimento de regulamentação interna foi a terceira medida mais citada. Essas três medidas prioritárias revelam a percepção de que os TCs precisam ainda construir o alicerce para a atuação em avaliação, por meio do investimento em pessoas, estrutura organizacional e aspectos normativos específicos.

Quadro 9 – Medidas institucionais prioritárias para fortalecer a atuação dos TCs em políticas públicas

Cód	Categoria / Subcategoria	Freq.	Exemplos de Trecho de Evidência (Fonte)
M1	CAPACITAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	23	
M1.1	Capacitação Continuada	14	<ol style="list-style-type: none"> "Ampliação da capacitação técnica dos auditores, especialmente em métodos e abordagens de análise." (TC-DF) "Capacitação e profissionalização contínua dos servidores." (TCE-AL) "Capacitação e Treinamento." (TCM-RJ) "Capacitação, Estrutura Organizacional." (TCE-PA) "Desenvolvimento interno com foco na manutenção de servidores qualificados." (TCE-RO)



M1.2	Ampliação do Quadro (Concurso/Alocação)	4	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Como prioridade temos a capacitação do seu corpo técnico e realização de concurso público." (TCE-AP) 2. "Maior alocação de força de trabalho (auditores e especialistas) nas unidades da área." (TCE-PR)
M1.3	Equipes Multidisciplinares	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Incorporar competências multidisciplinares necessárias à compreensão de temas complexos." (TC-DF) 2. "Designação de setores/equipes específicas, com habilidades, perfil e capacitações adequadas." (TCE-PI)
M2	METODOLOGIA E NORMATIZAÇÃO	11	
M2.1	Regulamentação Interna	7	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Estabelecer normativa própria." (TCE-TO) 2. "Normativos próprios sobre políticas públicas." (TCE-AC) 3. "Regulamentação." (TCE-MA) 4. "Não há nenhuma diretriz da gestão [indica carência de norma]." (TCM-PA)
M2.2	Padrão Internacional (NBASP)	4	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Estabelecer sistemáticas para avaliação... aderentes as normas nacionais e internacionais." (TCE-CE) 2. "Institucionalização de metodologias... alinhados às NBASPs." (TCM-BA)
M3	DADOS, TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA	15	
M3.1	Infraestrutura, Ferramentas e IA	6	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Adoção de tecnologia e inteligência artificial para o processamento de grandes volumes de dados." (TCE-MS) 2. "Criação de uma Unidade de Informações Estratégicas (UNIE)... visando o aumento de efetividade." (TCE-SE)
M3.2	Acesso e Integração de Bases de Dados	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Desenvolvimento de bases de dados estruturadas, a exemplo do Catálogo de Políticas Públicas." (TCE-GO) 2. "Formalizar acordos de cooperação para acessar bases de dados públicas e privadas." (TCE-RR)
M3.3	Observatórios de Políticas Públicas	4	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Criação de observatórios de políticas públicas municipais." (TCE-ES) 2. "Implementação do observatório de Política Pública." (TCE-BA) 3. "O Observatório deve ser fortalecido como espaço de pesquisa." (TCM-SP)
M4	ESTRUTURA E GOVERNANÇA INTERNA	14	
M4.1	Unidades Especializadas (Núcleos/Setores)	9	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Criação do Núcleo de Políticas Públicas, previsto para 2026." (TCE-MT) 2. "Reestruturação organizacional." (TCE-AM) 3. "Especialização por área temática." (TCE-PE) 4. "Reestruturação da DIAFI para expandir atividades." (TCE-PB) 5. "Reestruturação dos órgãos técnicos." (TCM-RJ)
M4.2	Governança de Processos e Fluxos	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Estabelecer fluxo processual específico para relatórios de avaliação, incluindo consensualismo." (TCE-RN) 2. "Reestruturação organizacional para que não haja mais a quebra entre unidades de fiscalização." (TCE-PR)
M5	PARCERIAS E ARTICULAÇÃO (EXTERNA)	7	
M5.1	Redes de Cooperação e Academia	3	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Construção de parcerias institucionais... FGV Clear, Rede Brasileira de Avaliação." (TCE-RS) 2. "Interlocução com atores externos." (TCE-PE)



M5.2	Indução e Apoio ao Jurisdicionado	4	1. "Capacitar servidores e jurisdicionados." (TCE-SC) 2. "Fomentar uma cultura de tomada de decisões pelos entes... baseados em evidências." (TCM-GO)
M6	ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO	8	
M6.1	Seletividade e Matriz de Risco	3	1. "Priorizar a avaliação de políticas públicas consideradas mais críticas e relevantes, garantindo seletividade." (TCU) 2. "Ampliação das modalidades de controle (Auditoria Operacional)." (TCE-MG)
M6.2	Planos de Fiscalização (PAF)	5	1. "Definição do Plano de Fiscalização (PAF) de quais políticas públicas serão fiscalizadas." (TCE-SP) 2. "Criação de cultura de avaliação... com base em evidências." (TCE-RJ)

Fonte: Elaboração própria, com suporte da inteligência artificial Gemini (Google, 2025), a partir de dados da pesquisa eletrônica realizada entre outubro e novembro de 2025.

5 Propostas de encaminhamento

Este documento apresentou os principais resultados obtidos a partir do diagnóstico desenvolvido pelo Grupo Temático em Avaliação de Políticas Públicas da Rede Integrar. Foram discutidos aspectos relacionados a: estruturação dos Tribunais de Contas para atuação na área de políticas públicas, incluindo aspectos de estrutura organizacional e normatização; caracterização da atuação dos Tribunais de Contas em políticas públicas com a apresentação dos principais formatos adotados para controle na área, além de dimensões de análises, questões do processo de avaliação e principais áreas temáticas abordadas; síntese de desafios e lições aprendidas; ações de capacitação e desenvolvimento institucional, com a indicação das principais medidas institucionais para fortalecimento da atuação em políticas públicas.

A partir dessas análises, o GT em Avaliação de Políticas Públicas apresenta, para consideração da Secretaria Executiva da Rede Integrar, as seguintes propostas de encaminhamento:

- I. Disponibilização do presente relatório na área de "Acompanhamento de Ações" do Portal da Rede Integrar.
- II. Remessa do presente relatório:
 - a. aos Secretários de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (SECONEX) para que seja considerado como subsídio do processo de fortalecimento da atuação em políticas públicas no âmbito de cada Tribunal;
 - b. à Rede das Escolas de Contas do Brasil, como subsídios para o desenvolvimento e a disseminação de ações coordenadas de capacitação em avaliação de políticas públicas; e



- c. às Presidências de cada Tribunal de Contas, do IRB, da Atricon, da Audicon e do CNPTC, para fins de disseminação das informações sistematizadas sobre a atuação em avaliação de políticas públicas com vistas à adoção de medidas institucionais para seu fortalecimento.



Apêndice A – Ações de referência na área de políticas públicas entre 2021 e 2025

Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
REFIS - Avaliar a eficiência e efetividade dos programas de incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF	TC-DF	00600-00002852/2023-68-e	-
Auditoria Operacional na Primeira Infância	TC-DF	00600-00011537/2024-11-e	-
Política Distrital de Segurança Pública - Avaliar a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDSP) e o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social - (PDISP).	TC-DF	00600-00007300/2025-07-e	-
Emprega-DF - Examinar a estruturação, operacionalização e avaliação de desempenho do programa de incentivo fiscal Emprega-DF	TC-DF	00600-00000366/2024-96-e	-
Educação Básica - Implementação do Plano Distrital de Educação na Educação Básica	TC-DF	00600-00001643/2023-15-e	-
Auditoria Operacional no Programa Nacional de Imunização (PNI) - Examinar as medidas em curso para atingir a cobertura vacinal regular na Prefeitura Municipal de Assis Brasil, em especial das crianças de até um ano e de um ano de idade.	TCE-AC	145.415	-
Monitoramento das Determinações contidas no Acórdão nº 14.354/2023 - Identificar os principais problemas que afetam a implementação do Novo Ensino Médio - NEM no Estado do Acre.	TCE-AC	148.470	-
Monitoramento das Determinações contidas no Acórdão nº 12.756/2021/Plenário - Aferir e promover eventual aperfeiçoamento da operacionalização do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, no tocante à economicidade, eficiência e efetividade dos programas e atividades do setor.	TCE-AC	147.664	-
Auditoria Operacional para avaliar a implementação de ações para a Primeira Infância, com vista ao alcance das metas previstas no Plano Municipal de Primeira Infância – PMPI - Mapeamento das ações desenvolvidas pelo município de Brasília, em relação ao atingimento das metas como estratégia de implementação do seu PMPI, para atender a legislação aplicada à Primeira Infância, que abrange a população de 0 a 6 anos daquele município.	TCE-AC	147.347	-
Levantamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Conhecer os elementos inerentes ao compromisso nacional criança alfabetizada e a perspectiva intersetorial, bem como intergovernamental e extragovernamental, e identificar objetos e instrumentos de fiscalização a partir da análise de risco desta ação governamental.	TCE-AC	147.207	-
Auditoria Coordenada Nacional da Primeira Infância - Programas ESF e PCF	TCE-AL	-	-
Levantamento Nacional do Programa Criança Alfabetizada	TCE-AL	-	-
Levantamento Nacional do Piso do Magistério - Folha de pagamento dos professores	TCE-AL	-	-
Auditoria na Política Nacional de Recursos Hídricos - Planos de Recursos Hídricos; Outorga dos direitos de uso; Cobrança pelo uso; Sistema de Informações.	TCE-AL	-	-
Levantamento nos Portais de Transparência - Portais dos 102 municípios de Alagoas	TCE-AL	-	-
Ampliação de Vagas na Educação Infantil Em Creches no Âmbito da Rede Municipal - Avaliação da disponibilidade de vagas em creches	TCE-AM	15170/2024	https://visualizador-spede2.tce.am.gov.br/#/viewescrito?sessionId=d747d141cb836c4d235290a098d0a3526a05415fd60c548a7927733af171129c&tipovi ew=escrito&id=3482987
Auditoria Coordenada pela Olacefs Sobre as Políticas Públicas Voltadas Para a Erradicação da Violência Contra Mulher - Avaliação de políticas voltadas à segurança da	TCE-AM	11035/2023	https://visualizador-spede2.tce.am.gov.br/#/viewescrito?sessionId=27190d8b558349754b47952a4e37c0f9c7



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
mulher			bbc28c07fe60833ef58ecb5531d7f6&tipoview=escrito&id=2904341
Auditoria Operacional no Programa de Alimentação Popular Prato Cheio - Avaliação de programa de alimentação popular	TCE-AM	16892/2024	https://visualizador-spede2.tce.am.gov.br/#/viewescrito?sessionId=9c314d25749b9eab5c0921850c7c07166dcbbc75a49ff9d18e5c0bbf2b05698f&tipoview=escrito&id=3576339
Levantamento Educação Básica - educação básica com foco em: alimentação, transporte, infraestrutura e gestão	TCE-AP	TC/2350/2025	-
Levantamento Atenção Primária da Saúde - levantamento da APS nas Unidades Básicas de Saúde	TCE-AP	TC 006836/2023	https://app.tce.ap.gov.br/storage/jurisdicionado/sistemas/projeto-saude-e-da-conta-de-todos/Relat%C3%B3rio_Munic%C3%ADpio_Amap%C3%A1.pdf
Auditoria Operacional na Primeira Infância - Programas de visitação domiciliar com foco no Criança Feliz e Estratégia Saúde da Família	TCE-AP	TC/003949/2025	-
Auditoria Unidades de Conservação - Avaliação das unidades de conservação do estado do Amapá	TCE-AP	TC/003479/2021	https://app.tce.ap.gov.br/storage/Area%20do%20Jurisdicionado/Responsabilidade%20Socioambiental/Fiscalizacao/Relat%C3%B3rio%20de%20Auditoria%20Operacional%20UCs%202019.pdf
Levantamento sobre resíduos sólidos - Avaliação da política de resíduo sólido no estado do Amapá	TCE-AP	-	-
Auditoria operacional em passivos ambientais de mineração - Análise das ações estaduais para gestão integral de passivos ambientais de mineração	TCE-BA	TCE/006222/2021	https://www.tce.ba.gov.br/controle-externo/auditorias/auditorias-operacionais
Auditoria operacional coordenada internacional violência contra as mulheres - Ações estaduais de enfrentamento à violência contra as mulheres	TCE-BA	TCE/009140/2023	https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-apresentaresultados-da-auditoria-internacional-sobre-violencia-contra-mulheres
Auditoria da Política de Recursos Hídricos - Análise dos estágios de formulação, implementação e avaliação da Política Estadual de Recursos Hídricos	TCE-BA	TCE/009642/2021	https://www.tce.ba.gov.br/files/flippingbook/Sumario-Executivo-Meio-Ambiente/11/
Auditoria na Política de Meio Ambiente com foco na Gestão Florestal - Análise das ações relacionadas à implementação da Gestão Florestal	TCE-BA	TCE/012669/2023	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/TCE-012669-2023
Auditoria da Política de saneamento - Análise da implementação das ações ligadas a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	TCE-BA	TCE/014105/2024	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/TCE-014105-2024
Transição Responsável - Avaliação e acompanhamento das transições de governo municipal ocorridas entre 2024 e 2025.	TCE-CE	29853/2024-9	https://www.tce.ce.gov.br/contexto/#/processos-protocolos
Combate à Desertificação - Avaliação das ações de combate à desertificação do semiárido e de mitigação dos efeitos da seca.	TCE-CE	17848/2022-8	https://www.tce.ce.gov.br/contexto/#/processos-protocolos
Promoção da Primeira Infância - Avaliar as estratégias relacionadas às ações intersetoriais desenvolvidas pelos entes públicos para atender a atenção integral à Primeira Infância.	TCE-CE	19109/2023-9	https://www.tce.ce.gov.br/contexto/#/processos-protocolos
Ressocialização de presos e egressos - Avaliar as estratégias executadas pelo Poder Executivo estadual para promover a ressocialização de presos e egressos do sistema prisional, fundada na qualificação profissional e na inserção no mercado de trabalho, consoante as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT)	TCE-CE	08015/2024-7	https://www.tce.ce.gov.br/contexto/#/processos-protocolos
Atenção Precoce - Avaliar a capacidade técnica e financeira dos municípios do estado do Ceará, bem como as ações de apoio da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc-CE), para a implementação local da Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce), Lei nº 14.880/2024.	TCE-CE	31807/2024-1	https://www.tce.ce.gov.br/contexto/#/processos-protocolos
Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista - Avaliar o desenho e eficiência na implementação da	TCE-ES	03542/2025-5	-



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
Política Estadual de Cofinanciamento dos Serviços Especializados em Reabilitação para Pessoa com Deficiência Intelectual e Transtornos do Espectro Autista (Serdia), no âmbito do Estado do Espírito Santo e dos municípios			
Primeira Infância - Avaliar a governança das políticas para primeira infância no Estado e nos municípios capixabas, com ênfase em aspectos estruturantes relativos a planos, intersectorialidade e orçamento.	TCE-ES	04002/2023-2	-
Cardiovascular - Avaliar a governança sobre a estratégia de saúde cardiovascular no Espírito Santo.	TCE-ES	07119/2024-4	-
Transporte Escolar - Levantar a estrutura sistêmica para oferta do Transporte Escolar nas redes públicas de ensino dos municípios e do Estado do Espírito Santo.	TCE-ES	00596/2024-8	-
Criança Feliz - Avaliar em que medida as gestões municipais e estadual são eficazes em implementar as ações previstas nos programas de visitas domiciliares no âmbito da Estratégia de Saúde da Família - ESF e Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, e sua intersectorialidade com as políticas de saúde, educação e assistência social.	TCE-ES	00596/2025-6	-
Avaliação da Política de Atenção à Saúde Materno Infantil - Avaliação de Política Pública, nos moldes da NBASP 9020, com caráter ex ante e abordagem voltada para diagnóstico de problema e desenho da política, com objetivo de contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento da política antes de sua implementação.	TCE-GO	202400047003408	-
Acompanhamento Contínuo do Plano Estadual de Educação - Acompanhamento contínuo para verificar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no Plano Estadual de Educação no Estado de Goiás, especificamente no tocante às metas 3 e 20.	TCE-GO	202400047002388	-
Acompanhamento do Plano Estadual de Saúde 2024-2027 e da Programação Anual de Saúde 2024 - Acompanhamento do Plano Estadual de Saúde 2024/2027, desdobrado na Programação Anual de Saúde 2024, a fim de verificar o cumprimento de metas estabelecidas em ambos os instrumentos.	TCE-GO	202400047004443	-
Auditoria Operacional coordenada Política de Primeira Infância - Avaliar as ações governamentais de apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, com foco nos programas de visita domiciliar para promoção da saúde e proteção social: Estratégia de Saúde da Família e Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz.	TCE-GO	202500047001310	-
Levantamento do Índice de Efetividade da Gestão do Estado de Goiás – IEGE-GO. - Identificar o nível de maturidade e efetividade da gestão do Estado de Goiás nas áreas de planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico do ano de 2024.	TCE-GO	202300047004304	-
Educação de jovens e adultos	TCE-MA		
Educação em tempo integral	TCE-MA		
Resíduos sólidos - encerramento dos lixões	TCE-MA		
Aop Violência Contra a Mulher – MG - Auditoria Operacional nas ações de enfrentamento à violência contra a mulher em MG	TCE-MG	1095283	https://transparencia.tce.mg.gov.br/#/auditoria
Aop Mobilidade Urbana – BH - Auditoria Operacional na gestão da mobilidade urbana em BH, especialmente no transporte público por ônibus	TCE-MG	1092529	https://transparencia.tce.mg.gov.br/#/auditoria
Aop Fiscalização de Empreendimentos Minerários - Auditoria Operacional na fiscalização dos empreendimentos de minério de ferro sediados em Minas Gerais	TCE-MG	1164194	https://transparencia.tce.mg.gov.br/#/auditoria
Aop Redes de Atenção à Saúde - Auditoria Operacional no Planejamento e gestão da assistência materno infantil em	TCE-MG	1168171	https://transparencia.tce.mg.gov.br/#/auditoria



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
Minas Gerais			
Aop Crianças e Adolescentes – MG - Auditoria Operacional nas ações de proteção à criança e ao adolescente em Minas Gerais	TCE-MG	1135217	https://transparencia.tce.mg.gov.br/#/auditoria
Pessoa em situação de rua - Avaliar o planejamento e os resultados obtidos pelo município por meio das medidas implementadas para promover a assistência social à pessoa em situação de rua.	TCE-MS	TC/5667/2024	-
Violência contra a mulher - Levantamento	TCE-MS	TC/3002/2025	-
IGGSEG - apurar o Índice de Governança e Gestão de Segurança Pública (IGGSeg) – Mato Grosso do Sul, mediante a aplicação do modelo de avaliação desenvolvido pelo TCU, nas instituições públicas estaduais de segurança pública e administração penitenciária identificadas.	TCE-MS	TC/8111/2023	-
Transparência Pública	TCE-PA	-	-
Primeira Infância	TCE-PA	-	-
Creche por todo o Pará	TCE-PA	-	-
Compras Públicas	TCE-PA	-	-
Barragens	TCE-PA	-	-
Auditoria Operacional em Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido - Exame da Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca e de outras Políticas Públicas transversais referentes à região do Semiárido e ao Bioma Caatinga, sob os aspectos ambiental, econômico, social e cultural, a partir dos seguintes componentes da Governança Multinível: C.1. Atribuição de responsabilidades; C.3.Capacidades dos entes federativos; C.4. Mecanismos de coordenação e C.5. Monitoramento e avaliação de desempenho- 2022	TCE-PB	20369/17	https://tce.pb.gov.br/control-externo/relatorios-de-auditorias/auditorias-operacionais/
Auditoria Operacional no Hospital Municipal Santa Isabel - Avaliação da eficiência, a partir do Referencial Básico de Auditoria de Eficiência em Hospitais/TCU, tendo como escopo:1- Visão Macro do Hospital e 2- Organização Logística e Operacional do Centro Cirúrgico	TCE-PB	08933/22	https://tce.pb.gov.br/control-externo/relatorios-de-auditorias/auditorias-operacionais/
Auditoria Operacional na Polícia Civil do Estado - 1- Organização institucional; 2- Capacidade (recursos financeiros e humanos, instalações físicas e equipamentos); 3-Monitoramento e avaliação (atividades, produtos e indicadores)	TCE-PB	16051/20	https://tce.pb.gov.br/control-externo/relatorios-de-auditorias/auditorias-operacionais/
Auditoria Operacional em Políticas Públicas voltadas aos povos indígenas - Exame das políticas públicas voltadas aos povos indígenas na Paraíba, a partir dos seguintes eixos: 1- Institucionalização das Políticas Públicas voltadas aos Povos Indígenas; 2- Políticas Setoriais de Educação, Saúde, Infraestrutura e Fortalecimento Socioeconômico e 3- Patrimônio Cultural.	TCE-PB	03867/23	https://tce.pb.gov.br/control-externo/relatorios-de-auditorias/auditorias-operacionais/
Auditoria Operacional em Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância - 1- Institucionalização e implementação da Política da Primeira Infância no território paraibano; 2- Políticas Setoriais: Educação Infantil, Saúde - Acompanhamento pré-natal, Atendimento de saúde de crianças de 0 a 6 anos e Acesso a água tratada e esgoto sanitário; Alimentação e nutrição; e Espaços externos de lazer; e 3- Visitas domiciliares da ESF e do PCF: Instrumentos de planejamento e de monitoramento e avaliação; Procedimentos de execução; Articulação das ações; e Recursos e ferramentas dos programas de visita domiciliar.	TCE-PB	07533/24	https://tce.pb.gov.br/control-externo/relatorios-de-auditorias/auditorias-operacionais/
Índice de Compromisso com a Alfabetização – ICA/TCE - Avalia políticas municipais e monitora sete eixos da alfabetização de crianças de 6 e 7 anos, induzindo melhorias com base em evidências.	TCE-PE	-	https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/cc0206ac-250d-4f85-a8ff-b3a5096dfae7/page/EuM2D?s=pj9s-NRCJKM
Ordenada de transporte escolar - Ação de fiscalização realizada com o objetivo de verificar a segurança do serviço de transporte escolar em Pernambuco.	TCE-PE	-	https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/6aca44b4-d813-4554-aa9d-cad4dbdc3ccc/page/p_wl4vo07x5c
Educação infantil - Ação de fiscalização que avaliou	TCE-PE	-	https://lookerstudio.google.com/u/0/report



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
CREAS, o Ponto de Atenção à Pessoa em Situação de Rua, a equipe de abordagem social, a área de mobilidade urbana do território e a área de segurança municipal.			
Auditoria Governamental Operacional em Segurança Pública - Avaliar, quanto à eficácia e à eficiência, o controle de pessoas com restrição de liberdade de locomoção por meio de monitoração eletrônica.	TCE-RJ	101167-8/2024	https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/processo/list?numeroprocesso=101167-8/2024
Auditoria Governamental Operacional em Educação - Realizar Auditoria Operacional na política de valorização do magistério, buscando avaliar a eficácia e a eficiência, com ênfase na otimização da jornada de trabalho, dimensionamento adequado da força de trabalho, processos de seleção por meio de concurso.	TCE-RJ	211826-3/2025	https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/processo/list?numeroprocesso=211826-3/2025
Auditoria Governamental de Conformidade combinada com Operacional na Assistência Social - Realizar a verificação das ações governamentais afetas à política pública relacionada à população em situação de rua, quanto ao cumprimento das determinações realizadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 976-DF	TCE-RJ	105938-3/2024	https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/processo/list?numeroprocesso=105938-3/2024
Auditoria Governamental Operacional em Saúde - Avaliar as ações e as medidas implementadas pela Secretaria de Estado de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde na operacionalização do Programa Nacional de Imunização no Estado do Rio de Janeiro.	TCE-RJ	201771-8/2024	https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/processo/list?numeroprocesso=201771-8/2024
Painel Clima Brasil - A ação de controle Painel Clima Brasil é uma iniciativa conjunta de todos os tribunais de contas do país, coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que tem como objetivo avaliar, acompanhar e monitorar sistematicamente as ações governamentais relacionadas à mudança do clima no nível federal e estadual. A ferramenta busca reunir dados sobre políticas, programas e iniciativas públicas voltadas ao enfrentamento da crise climática, identificando forças, desafios e lacunas na atuação dos entes federativos. Tem como objetivo a promoção da transparência, a indução de melhorias e a fiscalização da governança ambiental. O projeto busca fortalecer capacidades institucionais, garantir uma comunicação acessível à sociedade e consolidar um panorama nacional sobre a ação climática governamental.	TCE-RJ	-	https://climatescanner.org/pt/panorama-local-do-brasil/
Síntese de evidências: oferta de vagas em creches municipais - Identificação de alternativas sustentadas por evidências para informar gestores públicos na tomada de decisão quanto à solução para o problema da insuficiência de vagas em creches da rede pública de ensino, entendido como um obstáculo ao cumprimento do direito à educação na primeira infância.	TCE-RN	003854/2025	https://www.tce.rn.gov.br/as/Legislacao_site/download/SinteseEvidencias/SinteseEvidencias_VagasemCreches.pdf
Levantamento da oferta de vagas em creches e na educação infantil nos municípios do RN - Avaliação da situação orçamentária e estrutural dos municípios para a garantia do acesso universal à Educação Infantil de crianças entre zero e 3 anos e 11 meses. (Tema 548 – Repercussão Geral STF).	TCE-RN	002323/2024	https://novaarearestrita.tce.rn.gov.br/as/consultaprocessotemp/2025/11/6/68a7c57b-6866-42a1-a5eb-55f29da93f01/d90defbb-6795-46ae-be06-7d4889b8a757.pdf
Auditoria operacional coordenada sobre violência de gênero (resposta estatal para prevenção, sanção e erradicação da violência contra a mulher) - Avaliação sobre a eficácia das ações de gestão ou programas governamentais dirigidos à prevenção, proteção e reparação das mulheres que tenham sido vítimas de violência, durante o período de 2019-2021.	TCE-RN	002922/2023	https://novaarearestrita.tce.rn.gov.br/as/consultaprocessotemp/2025/11/6/2d644f03-1c68-47da-b935-078e23a51df6/d6e0e9d4-ec58-423a-b204-6d2f71e58ae2.pdf
Auditoria Operacional Coordenada sobre desertificação do semiárido e proteção ao bioma caatinga - Exame das Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido e de Proteção ao Bioma Caatinga, sob os aspectos ambiental, econômico, social e cultural,	TCE-RN	002972/2022	https://novaarearestrita.tce.rn.gov.br/as/consultaprocessotemp/2025/11/6/f73e767d-9b4f-4226-b3c3-bfe37432a713/580949ed-73f1-47c0-9968-204a9062d9f3.pdf



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
enfocando-se grau de institucionalização e planejamento das políticas, participação social, operacionalização e monitoramento e avaliação dos resultados.			
Condições de acolhimento das crianças migrantes - Verificar se as condições de acolhimento das crianças migrantes de 0 a 6 anos, que se encontram no Estado de Roraima, atendem aos padrões de segurança e demais garantias asseguradas na Constituição do Brasil e nos tratados internacionais dos quais o país é signatário.	TCE-RR	001494/2023 SEI	https://sei.tcerr.tc.br/sei/controlador_exter_no.php?acao=md_tcerr_mproc_publicacao_deliberacao gerar_hash&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1051034&crc=96E89292
Auditoria coordenada no Programa Nacional de Imunização - Auditoria coordenada nacionalmente pelo Tribunal de Contas da União no Programa Nacional de Imunização com foco nos dados de cobertura vacinal de cinco imunizantes prioritários para crianças de até um ano de idade, relativos aos anos de 2022 e 2023 e as perdas e as disponibilidade de vacinas nas salas de imunização.	TCE-RR	000359/2024 SEI	-
Levantamento no âmbito do Estado de Roraima das ações e políticas públicas desenvolvidas pelos entes do SGDCA - Levantamento no âmbito do Estado de Roraima das ações e políticas públicas desenvolvidas pelos entes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, na prevenção e no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.	TCE-RR	002787/2024 SEI	https://www.tcerr.tc.br/download/cd202e8bb691fc32ba3d27aa44b67a63e7aed0d5dcb1db2d6f4ef87ba889c322
Diagnóstico da Educação Escolar Indígena - Levantamento sobre os desafios da educação indígena escolar na primeira infância, visando a elaboração de proposta pedagógica para os respectivos municípios, em decorrência de deliberação constante no(a) Pacto pela Primeira Infância	TCE-RR	000658/2024 SEI	-
Auditorias operacionais realizadas pelo TCE-RS	TCE-RS	-	https://tcers.tc.br/cidadao/auditorias-operacionais/
Ações do TCE-RS na Primeira Infância	TCE-RS	-	https://tcers.tc.br/noticia/tce-rs-lanca-documento-sobre-aco-es-na-primeira-infancia-2/
Observatório de Gestão e Políticas Públicas do TCE-RS	TCE-RS	-	https://tcers.tc.br/observa-rs-auditorias/
Eficiência Hospitalar - Avaliar a eficiência dos serviços cirúrgicos programados no Centro Cirúrgico do Hospital Regional de São José Doutor Homero de Miranda Gomes, com base no Indicador Operating Room Effectiveness (ORE).	TCE-SC	@RLA 24/00295187	-
Violência contra mulher - Avaliar a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar, no Estado de Santa Catarina	TCE-SC	@RLA 19/00938461 e @RLA 22/00495301	https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/2024-04/RLA%201900938461%20-%20Viol%C3%Aancia%20Contra%20a%20Mulher.pdf
Valorização dos professores - Analisar as políticas públicas de valorização do trabalho docente e os reflexos na qualidade do ensino ofertado pela rede pública do Município de Lages	TCE-SC	@RLA 24/80047002	-
População em situação de rua - Analisar as políticas públicas estaduais e municipais que atendem à População em Situação de Rua.	TCE-SC	@RLA 24/80057407	-
Coleta Seletiva - Avaliar o serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares realizado pelo município de São José	TCE-SC	@RLA 18/00568832	-
Acompanhamento - Acompanhar as ações quanto a eficiência e eficácia da política de alfabetização implementada no Estado de Sergipe e alguns nos municípios da amostra	TCE-SE	009656/2024	-
Auditoria Operacional coordenada pelo TCU - Avaliar a adesão do estado e municípios ao sistema de informações relacionados ao Programa Nacional de Imunizações, bem como verificar o estoque e as perdas de vacinas.	TCE-SE	000833/2024	-
Saúde - avaliação da atenção primária à saúde - Meta escolhida, acompanhamento da diabetes mellitus	TCE-SP	-	-
Educação - avaliação da primeira infância e alfabetização escolar	TCE-SP	-	-
Saneamento - acompanhamento da universalização de	TCE-SP	-	-



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
água e esgoto			
Gestão fiscal - acompanhamento da eficiência da arrecadação da dívida ativa	TCE-SP	-	-
Defesa civil - acompanhamento do nível de vulnerabilidade e de respostas a riscos de desastres	TCE-SP	-	-
Levantamento - verificar o andamento da implementação das ações do compromisso nacional criança alfabetizada (CNCA). - i).	TCE-TO	6689/2024	https://www.tceto.tc.br/sistemas_scp2/blank_processo_site/blank_processo_site.php?script_case_init=3721&nmgp_url_saida=/sistemas_scp2/grid_pesquisa_proc_avancada_site/grid_pesquisa_proc_avancada_site.php&nmgp_parms=num_proc*scin6689*scoutano_proc*scin2024*scout
Levantamento - coletar informações sobre as ações e políticas desenvolvidas pelos entes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).	TCE-TO	13112/2024	https://www.tceto.tc.br/sistemas_scp2/blank_processo_site/blank_processo_site.php?script_case_init=3721&nmgp_url_saida=/sistemas_scp2/grid_pesquisa_proc_avancada_site/grid_pesquisa_proc_avancada_site.php&nmgp_parms=num_proc*scin13112*scoutano_proc*scin2024*scout
Auditoria Operacional - avaliar se as ações ofertadas pelo município de Palmas/TO estão contribuindo com a erradicação da violência contra as mulheres, conforme consignado no plano anual de fiscalização – 2024 - Fiscalização das Políticas Voltadas ao Combate à Violência Contra Mulher.	TCE-TO	4571/2024	https://www.tceto.tc.br/sistemas_scp2/blank_processo_site/blank_processo_site.php?script_case_init=6452&nmgp_url_saida=/sistemas_scp2/grid_pesquisa_proc_avancada_site/grid_pesquisa_proc_avancada_site.php&nmgp_parms=num_proc*scin4571*scoutano_proc*scin2024*scout
Auditoria Operacional - avaliação da política pública da primeira infância - Transversalidade da Política da Primeira Infância.	TCE-TO	5190/2023	https://www.tceto.tc.br/sistemas_scp2/blank_processo_site/blank_processo_site.php?script_case_init=4789&nmgp_url_saida=/sistemas_scp2/grid_processos_por_entidade/grid_processos_por_entidade.php&nmgp_parms=num_proc*scin5190*scoutano_proc*scin2023*scout
Auditoria Operacional no Acesso à Educação Infantil - fiscalização das políticas públicas municipais voltadas ao acesso à Educação Infantil (creche e pré-escola), com foco na identificação da demanda, nas estratégias de busca ativa e na permanência escolar de crianças de 0 a 5 anos, em articulação com os programas intersetoriais da Primeira Infância	TCM-BA	08653e25	-
Auditoria Nacional da Primeira Infância - fiscalização das políticas públicas de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, com ênfase nas visitas domiciliares e sua intersectorialidade com as políticas de saúde e assistência social, especificamente nos Programas Nacionais com visita domiciliar: Estratégia de Saúde da família- ESF e Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz – PCF	TCM-BA	08644e25	-
Auditoria operacional referente à Cobertura Vacinal em cenário pós-pandemia - foco na identificação dos principais problemas que afetam a qualidade da cadeia de serviços de vigilância epidemiológica, especificamente na área de imunização, bem como avaliar as ações governamentais que procuram eliminar ou mitigar suas causas, contribuindo para que a atuação das Secretarias Municipais de Saúde seja voltada para o atingimento dos objetivos e metas do Plano Nacional de Imunização e seus respectivos Planos Municipais de Saúde.	TCM-BA	16877e21	-
Auditoria no Programa Nacional de Imunizações (PNI) - objetivo de avaliar a eficácia e eficiência dos programas de imunização, verificando o cumprimento das metas de cobertura vacinal, a adequação dos processos de distribuição e armazenamento de vacinas (rede de frio), a conformidade com as normas e diretrizes do Ministério da Saúde e identificando possíveis falhas ou áreas de melhoria. A auditoria deu continuidade às ações realizadas na Auditoria referente à Cobertura Vacinal.	TCM-BA	08849e24, 08852e24, 08853e24, 08850e24, 08855e24, 11342e24, 08847e24 e 08854e24	-



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
Auditoria na Prevenção e Cuidado de Pessoas com Doenças Crônicas - objetivo de avaliar a eficiência das ações de prevenção e cuidado das DCNT na Atenção Primária à Saúde (APS). Estudos indicam que intervenções eficazes na APS são capazes de reduzir significativamente a incidência e a gravidade das DCNT, prevenindo complicações graves como infartos, acidentes vasculares cerebrais (AVC), insuficiência renal e amputações. No entanto, a realidade em muitas unidades de saúde evidencia desafios que comprometem a qualidade do atendimento e o acesso aos serviços essenciais.	TCM-BA	05841e25	-
Auditoria Operacional - Avaliar a implementação das ações de formação continuada ofertadas aos docentes da educação infantil e do ensino fundamental e oferecidas pela SME, conforme o previsto no Plano Municipal de Educação (PME) de Catalão.	TCM-GO	04473/21	https://www.tcmgo.tc.br/auditorias/wp-content/uploads/2023/08/2.-Relat%C3%B3rio-de-AOp-Consolidado-Catal%C3%A3o.pdf
Auditoria Operacional - Avaliar se a estrutura atual do Órgão Central de Controle Interno (OCCI) possibilita o exercício da atividade de auditoria interna governamental no cumprimento de sua missão institucional.	TCM-GO	04475/21	https://www.tcmgo.tc.br/auditorias/wp-content/uploads/2023/02/04475.22-Rio-Verde-CGM-Rel.-Consolidado-002.2023.pdf
Levantamento - Coletar informações, dados e evidências relevantes junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), durante os primeiros 100 (cem) dias do atual mandato (2025- 2028), por meio de visitas às unidades de atenção básica à saúde (USF e CS) e às unidades de saúde de urgência e emergência (UPA, CIAMS, CAIS), com foco em pessoal, infraestrutura, equipamentos, salas de vacinação e medicamentos.	TCM-GO	00294/25	https://tcmgotcbr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/marcoaurelio_sousa_tcmgo_tc_br/Es3YzWgTglBB0H1CaFDfXcBn9RTyfGQtrcbMfWNmkiJCQ?e=chpYed
Acompanhamento - Acompanhamento realizado na Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, especificamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com objetivo de examinar, periódica e concomitantemente, a legalidade e legitimidade dos atos referentes à gestão dos serviços de contratação de pessoal, insumos e estrutura física do SAMU.	TCM-GO	07357/24	https://www.tcmgo.tc.br/portawidgets/con-sulta-processo/07357/2024
Levantamento - Coleta e sistematização de informações referentes à coleta seletiva e disposição final de rejeitos nos municípios goianos com mais de 50.000 habitantes e nos classificados na categoria A do Mapa do Turismo Brasileiro (26 municípios no total).	TCM-GO	04031/25	-
Auditoria Operacional em Saúde na Atenção Primária, com ênfase nos processos de gestão que afetam a qualidade dos serviços prestados nas unidades de saúde da família e no alcance das metas do programa Previne Brasil no município de Cachoeira do Arari - Os trabalhos realizados tiveram seu escopo delimitado por meio de dois (2) eixos de investigação, quais sejam: funcionamento da APS e alcance das metas do Programa Previne Brasil. Esses eixos foram investigados a partir de duas questões de auditoria, com suas subquestões, as quais são descritas a seguir: Questão 01: O funcionamento da ESF no Município de Cachoeira do Arari quanto aos aspectos de infraestrutura das USFs, cobertura populacional e composição das equipes de saúde da família atende aos parâmetros estabelecidos na legislação em vigor? Subquestão 1.1) A cobertura populacional da ESF e a composição das equipes de saúde da família no município de Cachoeira do Arari atende aos critérios da legislação vigente e proporciona à população o acesso aos serviços da APS? Subquestão 1.2) As USFs do Município de Cachoeira do Arari possuem estrutura física, equipamentos, materiais e insumos necessários e suficientes para o desenvolvimento de ações e procedimentos básicos sob responsabilidade da APS? Questão 02: Quais os principais fatores afetam o desempenho do município de Cachoeira do Arari quanto ao cumprimento das metas dos 7 (sete) indicadores do	TCM-PA	1.020398.2023.2.003	https://atosoficiais.com.br/tcmpa/relatorios-de-fiscalizacoes-n-4-2023-relatorio-tecnico-final-no-04-de-auditoria-operacional-em-saude-na-atencao-primaria-com-enfase-nos-processos-de-gestao-que-afetam-a-qualidade-dos-servicos-prestados-nas-unidades-de-saude-da-familia-e-no-alcance-das-metas-do-programa-previne-brasil-no-municipio-de-cachoeira-do-arari?origin=instituicao&q=cachoeira



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
Programa Previne Brasil?			
Levantamento - Ouvidorias públicas das Câmaras e Prefeituras do Estado do Pará - o escopo restringiu-se em avaliar a situação das ouvidorias quanto aos aspectos de existência de regulamentação, de funcionamento e de disponibilização de informações ao público em geral.	TCM-PA	1.014000.2024.2.0 039	https://atosoficiais.com.br/tcmpa/relatorios-de-fiscalizacoes-n-9-2024-conhecer-a-organizacao-e-o-funcionamento-das-ouvidorias-publicas-municipais-do-estado-do-para-a-fim-de-avaliar-a-viabilidade-e-de-planejar-futuras-fiscalizacoes-pelo-tcm-pa?origin=instituicao&q=ouvidorias
Diagnóstico do Saneamento Básico nos 144 municípios do Estado do Pará - Serviços de coleta, destinação e disposição e destinação final de resíduos sólidos, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, e de drenagem de águas pluviais; as ações de planejamento relacionadas à existência das políticas de saneamento básico, dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS); e a adequação às novas metas de universalização estabelecidas pela Lei no 14.026/2020; e ainda os aspectos de governança, incorporando a transparência ativa municipal e sua gestão orçamentária e financeira. Ressalta-se que considerou-se dados até o exercício de 2023.	TCM-PA	1.014000.2024.2.0 017	https://www.tcmpa.tc.br/publicacoes/relatorio-levantamento-do-diagnostico-do-saneamento-basico-nos-144-municipios-do-estado-do-para/
Auditoria de Conformidade UPA Marambaia (Contrato de Gestão 029/2020) - Avaliar a conformidade da execução do Contrato de Gestão nº029/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Belém e o Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde, qualificada como Organização Social, durante os exercícios de 2021 e 2022.	TCM-PA	1.014000.2023.2.0 079	-
Auditoria de conformidade, com foco no Caráter Contributivo Previdenciário do Município de Cachoeira do Arari-PA - O escopo da Fiscalização restringiu-se em avaliar o sistema de controle gerencial de retenção, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao IAPSM pelas UG's do Município de Cachoeira do Arari-PA, os percentuais das alíquotas de contribuição dos segurados e do Ente Municipal (patronal) efetivamente praticados e a legislação constitucional e infraconstitucional, com ênfase na legislação local, que a fundamenta.	TCM-PA	1.020001.2024.2.0 015	-
População de Rua	TCMRio	040 100137 2024	-
Saúde Mental	TCMRio	040 100875 2025	-
Implementação do ODS 5 - Igualdade de Gênero na PMSP - Avaliar a ocupação de cargos públicos por mulheres em diferentes níveis na Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), em alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 – Igualdade de Gênero, da Agenda Municipal 2030. A auditoria contemplou análise de dados da força de trabalho, percepção das servidoras, transparência dos indicadores, ações dos órgãos públicos e atuação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, com foco na identificação de desigualdades de gênero e raça na ocupação de cargos de liderança.	TCM-SP	TC/007558/2024	-
Indicadores de monitoramento e avaliação da vigilância socioassistencial no município, os indicadores da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados por entidades do terceiro setor e os indicadores previstos para a SMADS nos instrumentos de planejamento da PMSP. - Avaliar a adequação dos indicadores utilizados pela SMADS para monitoramento e avaliação da vigilância socioassistencial, da qualidade dos serviços prestados por entidades do terceiro setor e dos indicadores previstos nos instrumentos de planejamento da PMSP. A auditoria analisou a cobertura das tipologias de serviços, a completude dos sistemas informacionais, a confiabilidade metodológica dos indicadores e a participação da SMADS na definição dos indicadores do Programa de Metas e do Plano Plurianual.	TCM-SP	TC/003407/2024	-
Prestação dos serviços nos equipamentos públicos de	TCM-SP	TC/012801/2022	-



Descrição da ação	TC	Processo	Links para documentação compartilhada
acolhida a mulheres em situação de vulnerabilidade e da rede de enfrentamento à violência à mulher sob responsabilidade da SMDHC e da SMADS - Avaliar as etapas do processo de atendimento à mulher vítima de violência nos serviços especializados sob gestão da SMDHC e da SMADS, com foco na execução, acesso e gestão desses serviços. A auditoria examinou gargalos que dificultam o acesso, fragilidades na estrutura e funcionamento dos equipamentos, ineficiências na divulgação e integração da rede de atendimento, além da ausência de dados confiáveis e metas de atendimento que comprometam a efetividade das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.			
Avaliação da prestação dos serviços de acolhimento à população em situação de rua no Município de São Paulo - Avaliar a prestação dos serviços de acolhimento à população em situação de rua no Município de São Paulo, considerando aspectos quantitativos, qualitativos e de controle. A auditoria examinou a oferta e estrutura dos serviços, a atuação da SMADS na fiscalização e gestão das parcerias, além das condições gerais dos Centros de Acolhida e a efetividade das saídas qualificadas. O trabalho também identificou riscos à qualidade e à continuidade dos serviços, propondo medidas para aprimorar a infraestrutura das unidades e o quadro de servidores responsáveis pela execução.	TCM-SP	TC/012920/2022	-
Auditoria Operacional no Programa Mais Médicos (PMM) - Avaliar a maturidade do Programa Mais Médicos, verificando a qualidade do processo de formulação, implementação e avaliação do referido programa, de forma a contribuir para a melhoria de seu desempenho e resultados	TCU	TC 026.109/2024-7 Acórdão 764/2025- Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/026.109%252F2024-7/%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0
Auditoria Operacional sobre Políticas Públicas de Inclusão Digital - Avaliar a estrutura de governança do governo federal relacionada à política pública de inclusão digital (institucionalização, planos e objetivos, coordenação, capacidade organizacional e recursos, transparência e participação), bem como avaliar o direcionamento e o foco quanto às dimensões da conectividade significativa, com o intuito de verificar em que medida as ações em curso contribuem para a redução dos excluídos digitais	TCU	TC 039.324/2023-0 Acórdão 1699/2025- Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo*/NUMACORDAO%253A1699%2520ANOACORDAO%253A2025/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0
Auditoria Operacional no Programa Bolsa Família - Avaliar a focalização e a equidade do Programa Bolsa Família, bem como induzir o gestor, doravante, a criar e divulgar periodicamente indicadores relacionados a essas avaliações, que permitirão maior transparência e controle social do gasto público	TCU	TC 014.769/2023-9 Acórdão 1661/2024- Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo*/NUMACORDAO%253A1661%2520ANOACORDAO%253A2024/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0
Auditoria operacional para avaliar possível sobreposição, fragmentação e duplicidade entre o Fies e o ProuNI - Auditoria operacional cujo objetivo foi a avaliação das possíveis fragmentações, sobreposições, duplicidades e lacunas identificadas entre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).	TCU	TC 016.100/2023-9 Acórdão 1657/2024- Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo*/NUMACORDAO%253A1657%2520ANOACORDAO%253A2024/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0
Auditoria operacional com o objetivo de induzir a melhoria na gestão da carteira de obras paralisadas - O trabalho avaliou se: (i) as ações formuladas no âmbito da administração pública, destinadas a melhorar a gestão da carteira de obras paralisadas são adequadas e suficientes para o enfrentamento do problema; (ii) há priorização, baseada em critérios, de modo a direcionar a alocação eficiente dos recursos para retomada de obras paralisadas; (iii) existem estudos ou providências em andamento relacionados à destinação das obras paralisadas que se mostraram inviáveis de ser retomadas.	TCU	TC 009.197/2022-2 Acórdão 2.134/2023- Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo*/NUMACORDAO%253A2134%2520ANOACORDAO%253A2023/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0



Apêndice B – Ações de capacitação na área de políticas públicas entre 2021 e 2025

TC	Ações de capacitação destacadas
TC-DF	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Aperfeiçoamento em Avaliação e Controle de Políticas Públicas ▪ Análise e Avaliação de Políticas Públicas ▪ Análise e Avaliação de Políticas Públicas – mentoria ▪ Maratona Temática: O Olhar dos Tribunais de Contas sobre Políticas Públicas ▪ Maratona temática: Auditoria na primeira infância ▪ Maratona Temática: Educação ▪ Maratona Temática: Governança em Saúde
TCE-AC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Introdução a métodos de avaliação de políticas públicas e projetos sociais ▪ Elaboração e Análise de Projetos de Desenvolvimento e Políticas Públicas ▪ Fronteiras e Tendências do Controle Externo
TCE-BA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governança Pública para Resultados ▪ Métodos Alternativos de Solução de Controvérsias na Administração Pública ▪ Fronteiras e Tendências do Controle Externo no Brasil ▪ CooperAÇÃO: Planejamento e Controle – 2ª Edição: “Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas” – 1º Módulo: Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas” ▪ CooperAÇÃO: Planejamento e Controle – 2ª Edição: “Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas” – 2º Módulo: Avaliação das Políticas Públicas” ▪ Indicadores e Seu Uso no Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas ▪ TCE em Debate: 1ª Edição – Estrutura Organizacional dos Tribunais de Contas para Fiscalização de Políticas Públicas ▪ Avaliação de Políticas Públicas Usando R ▪ Avaliação de Políticas Públicas: Teoria e Prática ▪ Programa TCE em Debate – Indicadores para o Acompanhamento de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.
TCE-ES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoria em Avaliação
TCE-GO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação de Políticas Públicas: uma nova fronteira para o Controle Externo e valor público para a sociedade ▪ Workshop: Avaliação de Políticas Públicas e o papel dos Tribunais de Contas
TCE-MG	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Nivelamento em Auditoria de Conformidade e Operacional ▪ Curso de Avaliação de Políticas Públicas ▪ Curso de análise quantitativa e qualitativa para auditorias operacionais e avaliação de políticas públicas
TCE-MS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Orientações para Elaboração do Plano Plurianual – PPA
TCE-PR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditoria Avançada 2024 (Planejamento, Execução, Relatório e Monitoramento) ▪ Auditoria de Políticas Públicas ▪ curso de aperfeiçoamento profissional sobre construção e aplicação de indicadores de desempenho de serviços e políticas públicas
TCE-RJ	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Noções Gerais sobre políticas públicas com foco nas ações de Auditoria Governamental ▪ Mestrado em Gestão e Políticas Públicas - IRB/FGV EAESP
TCE-RS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação em avaliação de políticas públicas, ministrado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) ▪ Capacitações internas sobre a execução de auditorias operacionais com foco em políticas públicas
TCE-SC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação em Fiscalização operacional e de gestão
TCM-BA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP) ▪ NBASP e a organização do processo de trabalho do Tribunal de Contas
TCM-GO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação com a temática de auditoria de políticas públicas ▪ Capacitação com a Sociedade Resíduo Zero, tendo como foco a Gestão de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva. O objeto do curso esteve alinhado à Agenda 2030 da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 6, 11 e 12). ▪ Novos cursos com foco nas NBASP estão previstos para 2026.
TCM-PA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Auditoria de Políticas Públicas
TCM-RJ	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Técnicas de coleta e análise de dados ▪ Técnicas de diagnóstico ▪ Auditoria Operacional
TCU	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Especialização em Controle de Políticas Públicas ▪ Auditoria operacional ▪ Avaliação de Impacto para o Controle ▪ Série CPP 5.1: Controle da Formulação de Políticas Públicas ▪ Série CPP 5.3: Controle de Resultados de Políticas Públicas ▪ Performance Audit ▪ Série CPP 7.3: Economia Aplicada a Políticas Públicas ▪ Série CPP 9.1: Metodologia Científica Aplicada a Políticas Públicas ▪ Série CPP 9.2: Análise Qualitativa de Políticas Públicas ▪ Avaliação de Políticas Públicas